

Sumário

Número de notícias: 38 | Número de veículos: 33

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IMPOSTO DE RENDA Restituição de lote residual é liberada 4

PORTAL IG - NOTÍCIAS
ANFIP

Quando começa o prazo para a declaração do Imposto de Renda de 2024? 5

FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física começa a ser entregue em março -
CONSULTORIA CONTÁBIL** 7

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado recebe propostas para eliminar reeleição 9

O GLOBO - RJ - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Instituições públicas recebem sanções por violar lei 11

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Motoristas de aplicativo com benefícios do INSS 12

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO
SEGURIDADE SOCIAL

Motorista de app deve ter piso salarial e pagamento ao INSS. Veja proposta 14

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Motorista de app pode ter piso salarial e previdência 16

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Julgamento sobre revisão da vida toda é adiado de novo 17

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Julgamento da revisão da vida toda fica para março no STF 18

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Veja quem terá direito à tarifa social da água 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Manifesto critica PL que prevê reoneração da folha 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prefeitos reagem à reoneração; entenda 22

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impactos da Reforma Tributária (Artigo) 23

Sexta-Feira, 1 de Março de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e os créditos de ICMS - OPINIÃO JURÍDICA 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

G20 encerra encontro sem declaração oficial 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Por falta de um consenso geopolítico, G-20 no Brasil acaba sem comunicado 30

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad pede cooperação para taxar os super-ricos 31

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad pede ajuda para taxar os super-ricos 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxação dos super-ricos 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxar super-ricos do mundo renderia US\$ 250 bilhões por ano - MERCADO S/A 35

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Taxa global para super-ricos pode render US\$ 250 bi ao ano, diz francês 37

O GLOBO - RJ - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Economista sugere imposto anual de 2% para super-ricos 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor de biocombustível busca diferencial tributário 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Consultoria diz que programa custou R\$ 6,5 bi; Fazenda vê renúncia de R\$17 bi 40

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Custo foi de R\$ 6,5 bi, diz setor PERSE 42

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Municípios recebem último repasse do FPM 44

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Renda fixa ganha apelo com atraso em corte de juros nos EUA 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa destoa em dia de alívio 48

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Momento é de sucesso, com desinflação no mundo todo" 50

Sexta-Feira, 1 de Março de 2024

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
ECONOMIA

Como investir nos próximos anos? (Artigo) 51

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Bolsa tem a segunda queda consecutiva 52

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Desemprego surpreende e sobe menos que o esperado 53

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Taxa de desemprego no país fica em 7,6% 55

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
ECONOMIA

Desemprego fica estável e renda sobe 57

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Desemprego fica estável em 7,6% em janeiro, mas renda sobe 58

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Taxa de desemprego fica em 7,6% no trimestre até janeiro 59

PORTAL R7 - NACIONAL
SAQUE ANIVERSÁRIO

Fim do saque-aniversário terá impacto no endividamento de famílias, diz associação
..... 60

IMPOSTO DE RENDA Restituição de lote residual é liberada

Brasília - A **Receita Federal** depositou ontem os valores das restituições do lote residual do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de fevereiro de 2024. Os lotes são de contribuintes que caíram na malha fina e regularizaram as pendências com o Fisco. O valor total das restituições é de mais de R\$ 304,1 milhões.

Desse total, R\$ 208,9 milhões foram destinados a contribuintes com prioridade: 3.155 contribuintes idosos acima de 80 anos de idade; 25.536 contribuintes entre 60 e 79 anos; 3.351 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave; 6.744 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Também há 80.680 contribuintes sem prioridade legal, mas que receberam neste lote por terem usado a declaração pré-preenchida ou optado por receber a restituição por meio de Pix. Foram contemplados ainda 88.857 contribuintes não prioritários.

Para saber se teve a declaração liberada, o contribuinte deve acessar a página da Receita na internet, clicar em «Meu Imposto de Renda» e, em seguida, em «Consultar a Restituição». Também é possível fazer a consulta no aplicativo da **Receita Federal** para tablets e smartphones.

Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se houver pendência, pode enviar declaração retificadora e esperar os próximos lotes da malha fina.

O pagamento da restituição é feito diretamente na conta bancária informada pelo contribuinte na declaração, de forma direta ou por indicação de chave Pix. Se, por algum motivo, o crédito não for realizado - se, por exemplo, a conta foi desativada -, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

Nesse caso, o cidadão pode reagendar o crédito dos valores, em seu nome, pelo Portal BB, ou ligando para a Central de Relacionamento BB por meio dos telefones 40040001 (capitais), 0800-729-0001 (demais localidades) e 0800729-0088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos).

Caso o contribuinte não resgate o valor de sua

restituição no prazo de um ano, deve requerer o valor pelo Portal e-CAC, acessando o menu "Declarações e Demonstrativos" e selecionando "Meu Imposto de Renda". Em seguida, deve clicar no campo "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária". (ABr)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impressa/>

Quando começa o prazo para a declaração do Imposto de Renda de 2024?

Os contribuintes têm entre os dias 15 de março e 31 de maio para a entrega da declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) referente ao ano-base de 2023, conforme a **Receita Federal**. Aqueles que não enviarem dentro do prazo estabelecido estarão sujeitos a multas.

Confira aqui a lista de documentos necessários para a declaração.

Tabela progressiva do IR:

Base de Cálculo (R\$): Até 2.259,20

Alíquota (%): zero

Parcela a Deduzir do IR (R\$): zero

Base de Cálculo (R\$): De 2.259,21 até 2.824,00 com desconto de R\$ 564,80

Alíquota (%): zero

Parcela a Deduzir do IR (R\$): zero

Base de Cálculo (R\$): De 2.259,21 até 2.828,65 sem desconto de R\$ 564,80

Alíquota (%): 7,5

Parcela a Deduzir do IR (R\$): 169,44

Base de Cálculo (R\$): De 2.828,66 até 3.751,05

Alíquota (%): 15

Parcela a Deduzir do IR (R\$): 381,44

Base de Cálculo (R\$): De 3.751,06 até 4.664,68

Alíquota (%): 22,5

Parcela a Deduzir do IR (R\$): 662,77

Reajuste na tabela

O governo anunciou um reajuste na tabela para assegurar a isenção do tributo em rendimentos de até dois salários mínimos (equivalente a R\$ 2.824) por mês.

A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** (Unafisco) estima que o ajuste evitará que mais 2 milhões de pessoas paguem IR este ano, com um custo para a União de R\$ 344,8 milhões.

Isso implica que, se o trabalhador ganha até esse valor por mês, estará isento do IR. No caso de um salário superior a R\$ 2.824, o imposto incidirá sobre a diferença.

Em maio do ano passado, o governo já havia ampliado a faixa de isenção do IR de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112. Além disso, foi estabelecido um desconto de R\$ 528 por mês no valor tributável de todos os salários, elevando a isenção para R\$ 2.640, equivalente a dois salários mínimos pelo valor de 2023.

Sem ajuste, quem ganha pouco menos de dois salários mínimos (no valor estabelecido para 2024) seria tributado. Isso porque o novo piso é de R\$ 1.412, e a tabela do IR não teve ajuste automático para acompanhar esse aumento.

Quem precisa declarar?

Contribuintes que receberam mais de R\$ 28.559,70 em 2023;

Estrangeiro que se mudou para o Brasil em qualquer mês do ano de 2023 e permaneceu até 31 de dezembro;

Quem movimentou um valor superior a R\$ 40 mil na bolsa de valores;

Quem possui bens, como veículos e imóveis, de valor superior a R\$ 300 mil;

Quem teve receita bruta anual de atividade rural maior que R\$ 142.798,50;

Quem teve rendimento maior do que R\$ 40 mil em rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte como bolsas de estudo e indenizações trabalhistas.

Novidades

Desde 2023, a declaração do IRPF tem novidades

relativas à restituição. Quem optar por receber a restituição via Pix ou usar a declaração pré-preenchida receberá o valor mais rapidamente, sempre respeitando as prioridades legais. Em relação ao Pix, no entanto, a novidade só vale para quem declarar a chave do tipo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) no campo de pagamento da restituição.

**Site: [https://economia.ig.com.br/2024-03-01/quando-
comeca-o-prazo-para-a-declaracao-do-imposto-de-
renda-de-2024-.html](https://economia.ig.com.br/2024-03-01/quando-comeca-o-prazo-para-a-declaracao-do-imposto-de-renda-de-2024-.html)**

Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física começa a ser entregue em março - CONSULTORIA CONTÁBIL

CONSULTORIA CONTÁBIL

O mês de março inicia acompanhado da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF). Como no ano anterior, o prazo de entrega inicia em 15 de março e encerra em 31 de maio de 2024. No ano passado, a **Receita Federal do Brasil** (RFB) recebeu um total de 41.151.515 declarações.

De acordo com o delegado da **Receita Federal** em Londrina e região, Reginaldo Cezar Cardoso, até o momento não foi divulgada nenhuma alteração legal relevante. Entretanto, ele ressalta para que os contribuintes prestem mais atenção às informações declaradas.

"Omissão de rendimentos, dados incorretos sobre o imposto retido, deduções não autorizadas e despesas médicas foram os principais problemas detectados nas declarações entregues em 2023 referente ao ano-calendário 2022", destaca o delegado.

Segundo dados divulgados pela **RFB**, foram entregues um total de 396.948 declarações. Destas, 9.579 declarações caíram em malha fiscal em Londrina. Ainda conforme o órgão, os principais motivos foram por omissão de rendimentos (34,2%), por deduções da base de cálculo (48,2%), por divergências no valor do IRRF (11%) e por outros fatores específicos (6,7%).

Para evitar erros, o SESCAP-LDR orienta os contribuintes para que façam a declaração com um contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR). "Por mais que a Receita disponibilize a declaração pré-preenchida, existem cálculos e verificações que só o profissional contábil, por dominarem as regras e sistemas, conseguem identificar", ressalta o presidente do SESCAP-LDR, Eudides Nandes Correia.

Para 2024, ano-calendário 2023, a declaração vai refletir uma mudança na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) realizada no ano passado. Em maio de 2023, o governo publicou uma Medida Provisória (MP) que elevou a faixa de isenção do IR para R\$ 2.112,00.

A tabela estava congelada desde 2015, quando o limite de isenção havia sido reajustado para R\$ 1.903,98. "Além de elevar a tabela de IR no ano passado, o brasileiro passou a ter o desconto automático de R\$ 528,00 no salário, o que, na prática, elevou o teto de isenção para R\$ 2.640,00; ou seja, quem ganhava até dois salários mínimos no ano passado não vai pagar IR", explica o advogado tributarista e consultor do SESCAP-LDR, Paulo Pimenta.

Ele ainda acrescenta que o desconto de R\$ 528,00 substitui todos os outros descontos e deve ser aplicado apenas quando for vantajoso para o contribuinte, pois outros descontos, como o de Previdência, podem ser mais vantajosos.

A tabela do IRPF estabelecida para 2024 diz que quem recebe até R\$ 2.112,00 por mês será isento do Imposto de Renda; de R\$ 2.212,01 até R\$ 2.640,00 por mês, com desconto de R\$ 528,00 a alíquota é zero; de R\$ 2.212,01 até R\$ 2.826,65, sem desconto de R\$ 528,00 a alíquota é de 7,5%; de R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05 por mês, a alíquota é de 15%; de R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68, por mês, a alíquota é de 22,5% e acima de R\$ 4.664,68, a alíquota é de 27,5%.

Vale ressaltar que a atualização da tabela do IR também impacta o programa na Participação nos Lucros e Resultados (PLR), pois a partir deste ano, a faixa de isenção da PLR passa de R\$7.407,11 para R\$ 7.640,80.

Pimenta comenta que a **Receita Federal** alterou o acesso ao e-CAC. "Até o início de 2024 era possível acessar o e-CAC através de um código de acesso, gerado a partir do número do recibo de entrega das declarações de anos anteriores. A partir de agora o acesso se dará apenas com a conta Gov.br. Medida essa adotada pela **Receita Federal** que, sem dúvida, traz mais segurança para os contribuintes. Entretanto, deverá causar certa dificuldade aos contabilistas, que terão dificuldades para acessar informações dos contribuintes, entre elas, as declarações pré-Preenchidas", pontua o advogado tributarista.

Frente aos inúmeros detalhes e informações que

compreendem a DIRPF, o SESCAP-LDR e **Receita Federal** reforçam para que os contribuintes não deixem para fazer a declaração na última hora.

Site:

<https://folhadelondrinadigital.pressreader.com/folha-de-londrina>

Senado recebe propostas para eliminar reeleição

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator do novo Código Eleitoral, disse ontem que apresentou aos líderes partidários do Senado três sugestões de propostas de emenda à Constituição (PECs) para acabar com a reeleição e fixar os mandatos em cinco anos, e não mais quatro, como é atualmente.

Essas três propostas contêm diferenças entre elas, como definir se as eleições municipais e presidenciais serão realizadas no mesmo ano ou de forma intercalada, como ocorre hoje.

As três propostas deverão ser formalizadas no Senado. A que tiver mais consenso é a que deve tramitar na Casa. Senadores continuarão com a prerrogativa de terem um "mandato duplo" - ou seja, se o mandato for alterado para cinco anos, cada senador terá o cargo por dez anos.

O relator deve apresentar hoje ou na próxima semana seu parecer sobre a proposta. O texto reúne em uma única lei todas as regras eleitorais. São cerca de 150 páginas.

Há atualmente uma maioria se formando no Senado a favor de acabar com o instrumento da reeleição, pelo entendimento de que a proposta - aprovada em 1997 por meio de emenda constitucional, que permitiu a renovação do mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998 - trouxe mais problemas do que vantagens.

Esse ponto é um dos poucos consensos da proposta, já que há divergências declaradas sobre o tempo de duração dos mandatos e da possibilidade de coincidência dos mandatos de todas as esferas para tentar realizar apenas uma eleição geral.

Como simultaneamente Castro também está apresentando seu relatório para o novo Código Eleitoral, o senador reconhece que ainda haverá muito terreno para se avançar dentro dessas discussões. "Isso aqui vai ter emenda que não vai acabar mais", admitiu o senador.

Outro problema é a dificuldade para discutir qualquer proposta mais densa com o calendário eleitoral de 2024 se aproximando. Numa discussão que mexe diretamente com os interesses da classe política, a tendência é de que os debates se prolonguem e que,

mesmo avançando, precisarão ser chancelados pela Câmara dos Deputados.

No caso do Código Eleitoral, esse problema é menor porque a proposta já passou pela Casa. Mesmo assim, deve valer somente depois de 2026 e terá de ser apreciada novamente pelos deputados, já que Castro fez "muitas mudanças".

INELEGIBILIDADE Entre os pontos que serão incluídos no relatório estão mudanças nos prazos de inelegibilidade e de desincompatibilização (quando um político ou servidor público precisa deixar o cargo antes de uma eleição). Sobre o impedimento legal de disputar eleições, o senador disse que vai manter o texto da Câmara e fixar uma data única para o início da contagem do período de inelegibilidade.

Será em 1º de janeiro do ano subsequente. Esse dispositivo é importante porque, em casos de condenação por abuso de poder político e econômico em uma eleição, por exemplo, o prazo de inelegibilidade atualmente é aplicado a partir da data da eleição.

O caso do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) é um exemplo disso.

A inelegibilidade de oito anos aplicada a Bolsonaro pela Justiça Eleitoral começa a valer a partir da data da eleição de 2022 (2 de outubro). Em 2030, o pleito é em 6 de outubro (portanto, mais de oito anos depois do início do prazo de inelegibilidade).

Se o entendimento do Código Eleitoral proposto por Marcelo Castro já estivesse valendo, a pena passaria a valer a partir de 1.º de janeiro de 2023 - e, portanto, Bolsonaro também estaria fora do pleito de 2030. Como o Código Eleitoral ainda não foi aprovado e há um entendimento na Justiça de que regras mais duras não podem retroagir para punir um réu ou condenado, mesmo que aprovado o projeto, ele não valeria para o ex-presidente.

QUARENTENA Outro ponto citado por Castro que estará em seu relatório é a quarentena para que juízes, promotores, policiais e militares sejam candidatos. Esses profissionais deverão deixar seus cargos com quatro anos de antecedência, segundo Castro. "Juízes, promotores, policiais, militares,

querem ser políticos? Abandonem a magistratura, o Ministério Público, a carreira militar, e vão ser políticos. As duas coisas não dão certo", disse o senador.

Essa regra, porém, deverá valer somente após 2026, afirmou o relator da proposta.

Ele disse que deve devolver à Justiça Eleitoral a função de reunir a prestação de contas dos candidatos. O texto aprovado pela Câmara deu essa tarefa à **Receita Federal**. Castro declarou, ainda, que estabelecerá novas regras para a prestação de contas para simplificar o processo de candidatos com poucos gastos.

Candidatos que tiverem gastos de menos de R\$ 25 mil, por exemplo, terão um formulário simplificado para preencherem e enviarem à Justiça Eleitoral, como forma de facilitar o processo e evitar elevadas despesas com advogados e contadores.

Caso eleições sejam unificadas, os atuais senadores ficarão no cargo por dez anos

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

Instituições públicas recebem sanções por violar lei

(Marlen Couto).

A omissão diante de casos de vazamentos de dados já tem levado às primeiras sanções administrativas aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) contra instituições públicas. A autarquia foi criada há quatro anos e é responsável por zelar pela proteção de dados pessoais e fiscalizar o cumprimento da norma da área.

Foi o caso do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), condenado no início do mês a publicar um **comunicado** sobre vazamento de informações ocorrido entre agosto e setembro de 2022, na primeira página de seu site, com permanência de 60 dias. A ANPD entendeu que o instituto violou a legislação ao não comunicar incidentes de segurança ao órgão.

No âmbito estadual, receberam advertências com prazo para aplicar medidas corretivas a Secretaria de Saúde de Santa Catarina e a Assistência ao Servidor Público Estadual de São Paulo. Ambos foram punidos por negligenciar a segurança de sistemas de armazenamento e tratamento de dados pessoais.

O Ministério da Saúde é alvo de dois processos administrativos em tramitação e pode receber sanções semelhantes nos próximos meses. Além de advertências e publicações de comunicados, a ANPD pode aplicar multas e exigir bloqueio e suspensão do funcionamento de bases de dados.

Especialista em Direito Digital, o advogado Renato Opice Blum aponta que há, em todo o mundo, uma "epidemia de vazamentos de dados". Ele avalia que, no caso do Brasil, a sanção a órgãos públicos é reflexo da entrada do país em uma fase de fiscalização após a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de 2018, entrar em vigor. O próximo passo será a responsabilização pessoal de **servidores públicos** encarregados da proteção de dados.

O combate aos ataques cibernéticos também ganhou o reforço de uma Política Nacional de Cibersegurança (PNCi-ber), com diretrizes gerais para enfrentar lacunas do setor, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 26 de dezembro. Com a medida, foi criado um comitê, com diferentes órgãos, para acompanhar sua implementação.

- Há colaboração entre órgãos com a formalização de mais de um grupo de segurança. Toda iniciativa que traz esse tema para debate é correta e positiva - analisa Opice Blum, que alerta para a necessidade de se fortalecer uma cultura de proteção de dados e cibersegurança. -A percepção sobre a sua importância existe, mas as ações não são implementadas, mesmo na área corporativa.

Há desafios no médio e longo prazos. Uma análise feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), divulgada em 2022, apontou que menos da metade das organizações públicas federais (44,3%) investe em cibersegurança. A maioria (57%) dos órgãos também ainda não estabeleceu um processo de gestão de vulnerabilidades.

Casos emblemáticos no setor público nos últimos anos mostram o impacto que as invasões podem ter. O ataque cibernético ao Ministério da Saúde, em 2021, na pandemia, prejudicou serviços como emissão do Certificado Nacional de Vacinação contra a Covid e a atualização de dados. Um ataque ao sistema do Superior Tribunal de Justiça (STJ) bloqueou, em 2020, a base de dados dos processos e paralisou os trabalhos da Corte por dias.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Motoristas de aplicativo com benefícios do INSS

Gustavo Andrade

O governo federal deve enviar ao Congresso Nacional, na próxima segunda-feira, um projeto de lei complementar, em regime de urgência, que vai regulamentar os serviços prestados por motoristas de aplicativos.

O projeto mantém esses trabalhadores como autônomos. Mas cria uma contribuição obrigatória para a Previdência para a categoria e as plataformas, a ser descontada na fonte e recolhida pelas empresas.

A proposta avança nove meses após a criação de Grupos de Trabalho (GTs) pelo governo, incluindo sindicatos e empresas, para discutir a regulamentação das categorias de motoristas e entregadores por aplicativo.

Motociclistas e entregadores ficaram de fora por falta de acordo com as empresas. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, pretende reabrir uma negociação em breve.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Prestadores de Serviços de Aplicativos de Transportes e de Aplicativos de Prestação de Serviços do Estado (Sintappes), Gessé Gomes, afirmou que, no quesito previdência, há alguns desafios atualmente, a exemplo da aposentadoria por invalidez, mas que o que será apresentado no projeto de lei é um importante avanço.

"Nós hoje somos os trabalhadores com o maior número de acidentes, porque não fica claro se a gente tem acidente de trânsito ou se é acidente de trabalho. Então, essa é uma discussão que a gente vai aprofundar para poder dar melhor garantia ao trabalhador", explicou.

Gomes também cita a situação de pensão por morte.

"As vezes quando a gente tem uma situação como aconteceu recentemente com o Jonata (de Souza Oliveira, de 28 anos, encontrado morto, após latrocínio em Cariacica), a gente não tem proteção previdenciária, a não ser que, por exemplo, o Jonata tenha feito a contribuição, mas não há proteção previdenciária para a família".

Segundo o presidente da Associação dos Motoristas

de Aplicativos do Estado (Amapes), Luiz Fernando Müller, ter a contribuição de 273%, de autônomo, não dá direito a uma aposentadoria com valor maior aos motoristas de aplicativo "Temos um ganho muito maior que um salário mínimo. A gente acha errado e que não é compatível".

MOTORISTA POR APLICATIVO: jornada diária de 8 horas, que pode chegar a 12h se houver acordo com sindicatos

SAIBA MAIS

Sem exclusividade com empresa

Remuneração mínima

O PROJETO prevê piso por hora rodada. Esse valor será de R\$ 32.09. Deste valor, R\$ 8.02 se referem ao serviço prestado e R\$ 24.07 aos custos do trabalhador.

Base de remuneração

SERÁ O SALÁRIO MÍNIMO (hoje em R\$ 1.412) e será calculada por hora rodada (entre o aceite da corrida e a chegada ao destino do passageiro).

Contribuição previdenciária

FORAM CONSIDERADAS 176 horas mensais, incluindo o descanso remunerado e os custos operacionais dos prestadores, com o meio de transporte, veículo, e combustível.

O DESENHO da regulamentação prevê recolhimento de 7,5% dos trabalhadores para a Previdência. As empresas vão pagar 20%.

ESSES PERCENTUAIS vão incidir sobre 25% do valor repassado a eles pelas empresas.

TOMANDO O VALOR da hora trabalhada de R\$ 30, a contribuição vai incidir sobre R\$8.02.

CABERÁ ÀS PLATAFORMAS descontar a contribuição do trabalhador e fazer o recolhimento para a Previdência.

COM A CONTRIBUIÇÃO, trabalhadores terão direito a benefícios, como aposentadoria por idade, pensão por morte, auxílio-doença e acidentário.

Inexistência de vínculo

O TEXTO deixa claro "inexistência de qualquer relação de exclusividade entre trabalhador e empresa". Também afirma que o motorista de veículo de quatro rodas é um "trabalhador autônomo por plataforma".

Carga horária

JORNADA DIÁRIA será de 8 horas, mas poderá chegar a 12h se houver acordo com sindicatos da categoria.

Vale-refeição

A EMPRESA FORNECERÁ aos motoristas cadastrados, vale-refeição diário, estipulado no acordo, a partir da sexta hora trabalhada por dia, de acordo com o texto. A empresa se compromete a fornecer serviços médico e odontológico para os motoristas cadastrados e dependentes.

Ponto de apoio

EMPRESAS deverão manter à disposição pontos de apoio: refeitório, primeiros socorros, sanitários "em perfeitas condições e água potável.

Fonte: Agência Globo.

ANÁLISE

Renata Prado.

advogada previdenciarista e coordenadora adjunta do IBDP-ES

"Existe um repasse dessas plataformas aos trabalhadores"

"Em que pese a inexistência de vínculo, existe um repasse dessas empresas para os trabalhadores e é com base nesse repasse que seria feita a contribuição previdenciária a retenção do 75% referente ao trabalhador e o pagamento dos 20% da cota patronal sobre contribuição aferida pelo motorista de aplicativo naquele mês.

Nesse caso é interessante porque a responsabilidade tributária passará a ser das empresas de aplicativo, que são responsáveis pela retenção e pelo repasse ao **INSS** da parcela do motorista e responsável pelo pagamento dos 20% dela.

Isso aí é legal porque hoje o motorista de aplicativo já é contribuinte individual. Ele deveria fazer o recolhimento e na prática não faz. E quando acontece um acidente, alguma coisa nesse sentido, atualmente ele não tem nenhuma cobertura previdenciária 0 que o projeto de lei apresenta é análogo à pessoa física que presta serviço para pessoa jurídica, por exemplo, médico que presta serviço para plano de saúde. E quando a gente fala em cobertura previdenciária. não é a cobertura previdenciária só do prestador, é também da família, o que garante uma pensão por morte em caso de falecimento".

Motorista de app deve ter piso salarial e pagamento ao INSS. Veja proposta

O governo federal deve enviar ao Congresso Nacional, na próxima segunda-feira, um projeto de lei complementar, em regime de urgência, que vai regulamentar o serviço prestados por motoristas de aplicativos de plataformas.

A proposta avança nove meses após a criação de Grupos de Trabalho (GTs) pelo governo, incluindo sindicatos e empresas, para discutir a regulamentação das categorias de motoristas e entregadores por aplicativo.

MOTOCICLISTAS Motociclistas e entregadores ficaram de fora por falta de acordo com as empresas. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, pretende reabrir uma negociação em um segundo momento.

O texto mantém esses trabalhadores como autônomos. Mas cria uma contribuição obrigatória para a **Previdência Social** para a categoria e para as plataformas, a ser descontada na fonte e recolhida pelas empresas. O GLOBO teve acesso à minuta da proposta. Confira abaixo!

VEJA OS DETALHES DO TEXTO DO GOVERNO REMUNERAÇÃO MÍNIMA O projeto prevê um piso por hora rodada para esses trabalhadores. Esse valor será de R\$32,09. Deste valor, R\$8,02 se referem ao serviço prestado e R\$24,07 aos custos do trabalhador.

NENHUM TRABALHADOR PODERÁ GANHAR MENOS QUE: Para categoria "X": Mínimo de R\$10,00 por saída; de R\$2,00 por quilômetro e de R\$0,21 por minuto Para categoria "Confort": Mínimo de R\$12,00 por saída; de R\$2,20 por quilômetro e de R\$ 0,23 por minuto Para categoria "Bag": Mínimo de R\$13,00 por saída; de R\$2,30 por quilômetro e de R\$ 0,25 por minuto Para categoria "Black": Mínimo de R\$15,00 por saída; de R\$2,70 por quilômetro e de R\$ 0,28 por minuto Para categoria "Black bag": Mínimo de R\$18,00 por saída; de R\$3,00 por quilômetro e de R\$ 0,30 por minuto **BASE DE REMUNERAÇÃO** A base de remuneração será o salário mínimo (hoje em R\$ 1.412) e será calculada por hora efetivamente rodada (entre o aceite da corrida e a chegada ao destino do passageiro).

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA Para definir a cifra, foram consideradas 176 horas mensais, incluindo o descanso remunerado e os custos operacionais dos

prestadores, com o meio de transporte, veículo e motocicleta, e combustível.

O desenho da regulamentação prevê recolhimento de 7,5% dos trabalhadores para a Previdência. As empresas pagarão 20%.

Esses percentuais vão incidir sobre 25% do valor repassado a eles pelas empresas, o que representaria o rendimento efetivo do trabalhador.

Tomando o valor da hora trabalhada de R\$30, a contribuição vai incidir sobre R\$ 8,02.

Caberá às plataformas descontar a contribuição do trabalhador e fazer o recolhimento para a Previdência.

Com a contribuição, trabalhadores terão direito a benefícios, como aposentadoria por idade, pensão por morte, auxílio-doença e acidentário, por exemplo.

INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO O texto deixa claro "inexistência de qualquer relação de exclusividade entre trabalhador e empresa". Também afirma que o motorista de veículo de quatro rodas fará parte de uma nova categoria chamada de "trabalhador autônomo por plataforma".

NEGOCIAÇÃO COLETIVA A proposta abre a possibilidade para que esses trabalhadores sejam beneficiados por negociação e convenção coletiva.

CARGA HORÁRIA A jornada diária será de oito horas, mas poderá chegar a 12 horas se houver acordo com sindicatos da categoria.

VALE-REFEIÇÃO A empresa fornecerá aos motoristas cadastrados, vale refeição diário, estipulado no acordo, a partir da sexta hora trabalhada por dia, de acordo como texto.

A empresa se compromete a fornecer serviços médico e odontológico para os motoristas cadastrados e dependentes.

PONTO DE APOIO O texto também determina que as empresas deverão manter a disposição dos motoristas cadastrados, pontos de apoio, definindo os locais como Sindicato, contendo: Refeitório, limpo e adequado para o uso dos motoristas; Primeiros

socorros: Sanitários "em perfeitas condições" Água potável.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2759#book/60>

Motorista de app pode ter piso salarial e previdência

GERALDA DOCA geralda@bsbogloblo.com.br BRASÍLIA

O governo deve enviar ao Congresso Nacional, na próxima segunda-feira, um projeto de lei complementar, em regime de urgência, que vai regulamentar os serviços prestados por motoristas de aplicativos e plataformas de transporte. A proposta avança nove meses após a criação de grupos de trabalho (GTs) pelo governo, incluindo sindicatos e empresas, para discutir a regulamentação das categorias de motoristas e entregadores por aplicativo.

Motociclistas e entregadores ficaram de fora da regulamentação por falta de acordo com as empresas. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, pretende reabrir uma negociação em um segundo momento.

O texto do projeto, antecipado pela Folha de S.Paulo e ao qual O GLOBO teve acesso, mantém os motoristas de aplicativos como trabalhadores autônomos. Mas cria uma contribuição obrigatória para a Previdência para a categoria e para as plataformas, a ser descontada na fonte e recolhida pelas empresas.

O projeto prevê também um piso por hora rodada para esses trabalhadores. Esse valor será de R\$ 32,09. Deste valor, R\$ 8,02 se referem ao serviço prestado, e R\$ 24,07, aos custos do trabalhador.

Nenhum trabalhador poderá ganhar menos que R\$ 10 por saída, R\$ 2 por quilômetro e R\$ 0,21 por minuto, no caso da categoria "X" ou equivalente, por exemplo. No caso da "Black", o mínimo por saída será R\$ 15.

A base de remuneração será o salário mínimo (hoje em R\$ 1.412), e o cálculo usará a hora efetivamente rodada (entre o aceite da corrida e a chegada ao destino do passageiro).

Para definir as cifras, foram consideradas 176 horas mensais, incluindo o descanso remunerado e os custos operacionais dos prestadores com o carro e o combustível.

SEM EXCLUSIVIDADE

O desenho da regulamentação prevê recolhimento de 7,5% para a Previdência pelos trabalhadores. Já as empresas pagarão 20%. Esses percentuais vão incidir sobre 25% do valor repassado aos motoristas pelas

empresas, o que representaria o rendimento efetivo do trabalhador.

Tomando o valor da hora trabalhada de R\$ 30, a contribuição vai incidir sobre R\$ 8,02. Caberá às plataformas descontar a contribuição do trabalhador e fazer o recolhimento para a Previdência.

Com a contribuição, os motoristas terão direito a benefícios como aposentadoria por idade, pensão por morte e auxílio-doença, por exemplo.

O texto deixa claro a "inexistência de qualquer relação de exclusividade entre trabalhador e empresa." Também afirma que o motorista de veículo de quatro rodas fará parte de uma nova categoria chamada de "trabalhador autônomo por plataforma." Entre outros tópicos, o texto prevê ainda negociação coletiva entre trabalhadores e empresas por meio de sindicatos. A jornada diária será de oito horas, mas poderá chegar a 12 horas se houver acordo com sindicatos da categoria.

A empresa fornecerá aos motoristas cadastrados vale-refeição diário, estipulado no acordo, a partir da sexta hora trabalhada por dia, de acordo com o texto. A empresa se compromete a fornecer serviços médico e odontológico para os motoristas cadastrados e seus dependentes.

PONTOS DE APOIO

O projeto determina ainda que as empresas deverão manter à disposição dos motoristas cadastrados pontos de apoio -em locais a serem definidos com o sindicato -, com refeitório, primeiros socorros, sanitários "em perfeitas condições" e água potável.

A proposta também trata do banimento dos motoristas dos aplicativos. Em casos ocorridos após infrações tidas como leves, o motorista cadastrado poderá reingressar na plataforma após realizar uma reciclagem, devidamente comprovada junto ao sindicato. Em se tratando de infrações graves ou gravíssimas, o motorista poderá apresentar sua defesa junto ao sindicato. Esta será analisada por uma junta paritária, com membros do sindicato e da empresa.

Site: <https://infogloblo.pressreader.com/o-globo>

Julgamento sobre revisão da vida toda é adiado de novo

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou a retomada do julgamento sobre a revisão da vida toda de aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A análise do caso estava prevista para a sessão de ontem, mas o julgamento de ações sobre a política ambiental do governo de Jair Bolsonaro tomou todo o tempo da sessão. Uma nova data ainda não foi definida.

Os ministros vão decidir se haverá alterações na decisão da própria Corte, que, em 2022, reconheceu a revisão da vida toda, permitindo que aposentados que entraram na Justiça possam pedir o recálculo do benefício com base em todas as contribuições feitas ao longo da vida. Apesar da decisão, a revisão ainda não é aplicada devido a um recurso do **INSS** para restringir os efeitos da validade.

O **INSS** quer excluir a aplicação da revisão a benefícios previdenciários já extintos, decisões judiciais que negaram direito à revisão conforme a jurisprudência da época e proibição de pagamento de diferenças antes de 13 de abril de 2023, data na qual o acórdão do julgamento do STF foi publicado.

O tema tem a chamada repercussão geral, ou seja, uma definição do caso será aplicada em processos semelhantes em todas as instâncias da Justiça no país.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=2024022912>

Julgamento da revisão da vida toda fica para março no STF

Ana Paula Branco FOLHAPRESS

O julgamento da revisão da vida toda ficará para a pauta de março do STF (Supremo Tribunal Federal). A data exata deverá ser conhecida nesta sexta (10).

O processo estava agendado para ser analisado na quarta-feira (28), mas, devido à extensa lista de ações pautadas, foi para a pauta remanescente desta quinta-feira (29), porém novamente não foi retomado.

A revisão da vida toda é aguardada por aposentados e pensionistas há mais de uma década. No STF, o processo irá completar quatro anos.

A correção permite ao segurado do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) usar todas as suas contribuições previdenciárias para o cálculo de benefício, não apenas as feitas após julho de 1994, e foi considerada constitucional pelo Supremo em dezembro de 2022, mas faltou estabelecer um marco temporal para o recálculo.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2759#book/60>

Veja quem terá direito à tarifa social da água

Victoria Abel victoria.abel@bsb.oglobo.com.br

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite de quarta-feira, o projeto de lei que cria a Tarifa Social de Água e Esgoto (TSAE) para a população de baixa renda. A proposta prevê descontos na conta de água e esgoto para usuários que recebam até meio salário mínimo (RS 706) por pessoa da família, inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), ou que tenham, entre seus membros, pessoas com deficiência e idoso com 65 anos ou mais, que não tenham como se sustentar. O texto volta para votação no Senado Federal.

O desconto dado será de no máximo 50% do valor da tarifa, aplicado aos primeiros 15 metros cúbicos consumidos por residência classificada no benefício, ou 7,5% do valor pago aos beneficiários do Bolsa Família, que é de RS 600.0 cálculo com o resultado mais barato será o utilizado para pagamento. O excedente consumido vai ser cobrado sob a tarifa regular. A proposta é do deputado federal Pedro Campos (PSB-PE).

- Hoje, a maior parte das companhias de saneamento possui tarifa social de água e esgoto por meio de subsídios cruzados. O que o projeto vai permitir é que existam subsídios diretos - afirmou o parlamentar.

O custo do subsídio será bancado por rateio entre os consumidores de outras rendas e também por meio da Conta de Universalização de Acesso à Água, que será custeada por dotações orçamentárias do Executivo e multas aplicadas pela agência reguladora. O impacto inicial deve ficar entre R\$1,8 bilhão e R\$ 5,5 bilhões. O grupo de beneficiados gira em torno de 34 milhões de famílias, segundo dados de março de 2023.

Se virar lei, o benefício entrará em vigor após 180 dias contados da publicação.

ÁREAS VULNERÁVEIS Paralelamente à tarifa social, o PL 9543/18 cria a Conta de Universalização do Acesso à Água, de âmbito nacional e gerida pelo governo federal para promover a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Segundo informações da Agência Câmara, o dinheiro poderá ser usado para incentivar investimentos em áreas de vulnerabilidade social para garantir a ampliação do acesso à água e compensar os descontos aplicados nas tarifas decorrentes da

aplicação de subsídios tarifários e não tarifários para usuários que não tenham capacidade de pagamento suficiente para cobrir o custo integral dos serviços.

A conta poderá financiar ainda a manutenção do fornecimento de água para as famílias de baixa renda que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de evitar a interrupção no fornecimento por falta de pagamento.

ATENÇÃO ÀS REGRAS Ligações clandestinas e alteração proposital de peças fazem usuário perder o benefício

ENTENDA DETALHES DO PROJETO

Valor da tarifa

O valor da tarifa social será equivalente ao menor de dois casos: - 50% da tarifa aplicável à primeira faixa de consumo (variável em cada município).

- Ou 7,5% do valor base do programa Bolsa Família (hoje em R\$ 600). Com isso, esse percentual do valor base corresponderia a R\$ 45.

Em qualquer situação, a tarifa mensal diferenciada valerá para os primeiros 15 m³ por residência habilitada ao benefício. O excedente de consumo será cobrado com os valores da tarifa regular.

O que causará a perda do benefício

O projeto define várias situações nas quais o beneficiário perderá o direito à tarifa social: intervenção nas instalações dos sistemas públicos de água e esgoto; danificar ou modificar propositalmente equipamentos, como o hidrômetro; fazer ligação clandestina de água e esgoto; compartilhar a ligação de residência beneficiada com imóveis não informados no cadastro; ou incoerências ou informações inverídicas no cadastro ou em qualquer momento da vigência do benefício.

Como solicitar a inclusão

Caso a pessoa com direito à tarifa não seja incluída automaticamente, o interessado poderá pedir sua inclusão nos escritórios da prestadora do serviço de água e esgoto com documentos de identificação, a folha resumo do CadÚnico, o cartão de beneficiário do BPC ou o extrato de pagamento de benefício, ou declaração fornecida pelo **INSS**.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Manifesto critica PL que prevê reoneração da folha

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O Movimento Desonera Brasil - que reúne 17 entidades representantes de setores da economia intensivos em mão de obra-lançou um manifesto nessa quinta-feira (29) defendendo que a discussão sobre a tributação da folha de pagamentos aconteça no âmbito da reforma sobre o trabalho formal e a renda.

A entidade critica a decisão do governo de encaminhar o projeto de lei (PL)463/2024 em regime de urgência ao Congresso prevendo

a reoneração gradual dos segmentos. O texto é idêntico ao trecho da medida provisória (MP) 1.202/2023 revogado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), após críticas de parlamentares, empresários e sindicatos.

"Entendemos que a imposição constitucional constante da Emenda Constitucional 132 - **Reforma Tributária** sobre o Consumo, estabelece o envio de dois PLs para se debater a tributação sobre o trabalho formal e sobre a renda, e este é o caminho adequado para a construção de uma política perene, segura e que contemple a previsibilidade tão necessária para os planejamentos empresariais e para a segurança dos empregos formais. Infelizmente, não estamos vendo esse processo acontecendo", dizem as entidades.

O movimento afirma que é necessário que o governo dialogue com o setor empresarial para a construção de uma solução perene para a redução do custo de se empregar formalmente no Brasil. As entidades argumentam que o custo de gerar um emprego formal no Brasil é "altíssimo", o que leva a uma maior informalidade e precarização no mercado de trabalho.

O sistema de desoneração da folha permite que as empresas de setores intensivos em mão de obra substituam a contribuição de 20% sobre salários por uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. A medida tem o objetivo de estimular a geração de empregos. Juntos, os segmentos atingidos empregam mais de 9 milhões de trabalhadores.

No ano passado, o Congresso estendeu a validade da medida até 2027. Lula vetou o projeto, e em seguida parlamentares derrubaram a decisão do Executivo. No

fim de dezembro, o governo editou a MP 1.202 prevendo a reoneração gradual. Agora, o trecho da medida que tratava desse ponto foi revogado e o tema será analisado por meio do projeto de lei.

Para a presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, o governo voltou a desrespeitar a vontade da maioria dos parlamentares, que votaram pela prorrogação da desoneração.

"O fim da desoneração vai triplicar a folha de pagamentos. O governo está colocando em risco investimentos e os empregos dos trabalhadores e isso não será aceito", disse Suruagy. A Feninfra faz parte do Movimento Desonera Brasil.

Em nota, a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) afirma que o PL493/24 reprisa o texto da MP 1.202/23, mantém insegurança jurídica e desconsidera decisão do Legislativo. "Por esses motivos, junto com os outros 16 setores incluídos na desoneração da folha, trabalharemos para preservar o que está valendo hoje no âmbito da lei aprovada no final do ano pelo Congresso", diz a associação.

Procurado para comentar, o Ministério da Fazenda ainda não retomou.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187803?page=1§ion=1>

Prefeitos reagem à reoneração; entenda

ândrea malcher

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) convocou para 6 de março um contra-ataque à medida provisória (MP) que revogou a reoneração sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia, mas deixou de fora a cobrança previdenciária sobre as folhas de pagamento municipais. O governo federal defende retomar a cobrança de 20% de alíquota previdenciária, que havia sido reduzida a 8% pelos parlamentares.

Segundo o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, a pressão será feita dentro do Congresso, onde há vários candidatos a prefeitos, nas eleições de outubro, além de apoiadores de outros que buscarão mais um mandato. A ideia é sensibilizar os parlamentares para o fato de que, se a reoneração for mantida, os gestores municipais? novos ou reeleitos? já assumem com um expressivo rombo no caixa.

"A maioria dos deputados e senadores nos ajudou quando derrubamos o veto (do presidente Luiz Inácio Lula da Silva). Temos que trabalhar junto ao Congresso, que tem sido nosso aliado nessa questão. O que o Executivo está fazendo é exatamente mudar uma decisão soberana do Parlamento. Para tanto, vamos mobilizar e vamos ficar nessa posição de manter nossa conquista", afirmou. Segundo a CMN, "a Lei 14.784/2023 (que prorrogou a isenção de tributos até 2027) foi uma importante conquista para os municípios e representaria uma economia de R\$ 11 bilhões, ao ano, se valesse de forma integral".

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se manifestou favoravelmente ao pleito dos prefeitos. "Essa é uma solução que, embora reconheça e elogie a intenção do governo federal, não se equipara àquilo que está na mesma condição política e jurídica da desoneração dos 17 setores? que é a desoneração das folhas dos municípios. Se havia uma compreensão de inconstitucionalidade de se veicular uma matéria por medida provisória que era típica de projeto de lei, isso se aplica também à desoneração das folhas", observou Pacheco.

Na tentativa de ganhar tempo para que se chegue a uma solução também para os prefeitos, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), afirmou ontem que a reoneração dos municípios só será tratada depois de o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se recuperar da covid-19? embora tenha participado, presencialmente, da

reunião de ministros de finanças do G20. Ele observa que a negociação "não está fechada".

"Estamos aguardando o retorno do ministro, (que) deve estar de volta na semana que vem. O governo está totalmente à disposição para buscar um encaminhamento da melhor forma", observou Randolfe.

O líder adiantou algumas saídas que podem ser utilizadas para aplacar a irritação dos prefeitos. "Pode ser retirar da medida provisória, pode ser deixar tramitar na evolução do projeto de lei de regime de urgência. Não foi editada a MP 1.202 somente porque o governo tem posição contra a desoneração. Editamos pela necessidade que se tem do equilíbrio das contas públicas neste ano, sobretudo nesse semestre de muita volatilidade do mercado internacional", observou.

Solução justa

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), avalia que a desoneração da alíquota previdenciária das folhas das prefeituras "não é um assunto tão maduro", como, segundo ele, foi o caso da desoneração dos 17 setores. Por sua vez, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, garantiu que o governo busca uma solução "justa"? que passa, inclusive, por beneficiar municípios que arrecadam menos, para que tenham maior isenção tributária.

"A intenção do governo é poder apresentá-la durante a tramitação da medida provisória, também do PL de urgência. Essa proposta não trata os municípios como se fossem iguais. Tem uma proposta para os municípios menores, com receita corrente líquida per capita menor, diferente das cidades ricas", explicou.

Segundo Padilha, "estamos aguardando nota técnica das três entidades nacionais (dos municípios) para que a gente possa, ao longo de março, fechar a proposta para discutir com o Congresso a tramitação da MP".

"A maioria dos deputados e senadores nos ajudou quando derrubamos o veto (do presidente). Temos que trabalhar junto ao Congresso, que tem sido nosso aliado nessa questão. O que o Executivo está fazendo é exatamente mudar uma decisão soberana do Parlamento" Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios

Impactos da Reforma Tributária (Artigo)

FRANCISCO RABAÇAL

A discussão em torno da **reforma tributária** tem sido um tema bastante relevante no cenário econômico brasileiro.

Com a proposta de alterações significativas na legislação fiscal, é natural que diversos setores da economia estejam atentos e preocupados com o possível impacto que essas mudanças trarão para os seus negócios. No segmento de outsourcing, que inclui serviços de locação e terceirização, não é diferente. A aprovação da reforma pode ter consequências tanto positivas quanto negativas para esse setor.

A **reforma tributária** continua em andamento e passará por novas etapas no Senado antes de ser concluída. Muitos pontos precisam ser discutidos e aperfeiçoados antes que as mudanças se tornem efetivas. Com base nas informações atuais, é possível traçar algumas considerações.

A PEC 45/2019 e PEC 110/2019, representando a reforma, já foi aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados e aguarda votação no Senado, prevista para até novembro.

2023. A principal intenção da reforma é simplificar a apuração dos **impostos** e eliminar o efeito cascata, buscando uma tributação mais justa e equitativa.

Os principais pontos da **reforma tributária** incluem a desoneração da indústria, o que resultará em produtos mais baratos para os consumidores.

Por outro lado, para o setor de serviços, pode haver aumento de carga tributária. Acredita-se que empresas enquadradas no Simples Nacional e o MEI (Microempreendedor individual) não devem sofrer impactos significativos.

Para o setor de outsourcing, especialmente no ramo de tecnologia, a reforma pode trazer desafios, uma vez que o custo mais representativo costuma ser a mão de obra própria, que não gera créditos tributários. Uma alíquota de IVA entre 25% e 27% pode impactar negativamente as empresas deste segmento.

FRANCISCO RABAÇAL, co-founder na Allugg, startup de locação de equipamentos de tecnologia para pequenas e médias empresas

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Reforma tributária e os créditos de ICMS - OPINIÃO JURÍDICA

Douglas Rogério Campanini é sócio-diretor da Consultoria de Tributos Indiretos da Atliros Auditoria e Consultoria

Em dezembro de 2023, tivemos a histórica aprovação da **reforma tributária** com a promulgação da PEC 132 que trouxe inovadores critérios, conceitos e regras a serem observadas pelos Fiscos e empresas com a instituição do IVA dual, com as criações da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

Está previsto que o período de transição do atual sistema tributário para o futuro sob a ótica dos contribuintes ocorra em nove anos, iniciando-se em 2024-com a edição das primeiras leis complementares - e conclusão em 2032.

Especificamente, no que se refere ao ICMS, seus impactos financeiros se iniciarão apenas em 2029, com a redução gradativa desse imposto e o aumento gradual do IBS.

Apesar disso, é certo que inúmeras empresas possuem saldos de créditos de ICMS acumulados em seus balanços e enfrentam uma grande dificuldade de monetizá-los, em especial pela dificuldade financeira dos Estados aliada à sua burocracia para aprovação.

O presente artigo não objetiva tecer comentários e considerações sobre a **reforma tributária** em si, mas sim demonstrar que com a sua aprovação essa tarefa de monetização dos valores acumulados se torna ainda mais relevante, já que a instituição de novos **tributos** e regras poderão dificultar, ainda mais, o escoamento destes saldos já existentes.

Devemos destacar que, regra geral, quando há acúmulo de créditos do ICMS a empresa "já desembolsou" por aquele montante, registrando o valor pago como "tributo a recuperar", afetando sobremaneira o fluxo de caixa das empresas.

Ademais, não é incomum a discussão da necessidade, frente as boas práticas contábeis, de impairment de parte ou totalidade dos créditos face a imprevisibilidade para sua monetização, afetando negativamente os índices de desempenho das empresas.

Com a aprovação da **reforma tributária**, as empresas passam a ter uma "data" para consumo dos créditos e necessitam ser criativas na sua utilização, como por exemplo reorganizando as operações para maximização dos efeitos tributários. Está previsto no texto da reforma aprovada que os saldos credores de ICMS existentes ao final do período de transição poderão ser utilizados em "até" 240 meses, ou seja, 20anos!

No entanto, é importante lembrar que o contribuinte localizado no Estado de São Paulo pode, desde já, evitar essa situação, por meio da figura do e-CredAc. Isso porque o São Paulo já possui, de longa data, legislação e procedimentos a serem observados pelos contribuintes que, sistematicamente, acumulam créditos de ICMS em situações/operações específicas e que pretendam "monetizar" esses valores, ou seja, converter o "saldo credor" em "crédito acumulado" do ICMS.

Atualmente, o Estado de São Paulo tem atuado de forma muito célere na devolução/utilização desses valores, como forma de incentivar o contribuinte paulista a manter e incrementar as suas operações no próprio Estado.

Para o contribuinte classificado na categoria "A+" do programa, a proposta é liberar 100% do crédito acumulado antes da verificação fiscal, dispensada a apresentação de garantia, sendo esse percentual reduzido para 80% para o contribuinte classificado na categoria "A" e 50% para o contribuinte classificado na categoria "B", sendo que em ambos os casos o restante poderá ser liberado mediante apresentação de garantia, dentre outros pontos.

A figura do e-CredAc, um sistema eletrônico de gerenciamento do crédito acumulado instituído pelo Estado de São Paulo e atualmente regulamentado pela Portaria SRE nº 65/23, permite que o contribuinte efetue o pleito pela sistemática "simplificada" na entrega de dados ou "completa".

De forma muito positiva, o Estado de São Paulo tem aplicado essa legislação e para contribuintes que se enquadrem nessas disposições a liberação tem ocorrido entre seis e nove meses, com a possibilidade de o contribuinte já utilizar esse saldo liberado nos termos determinados pela legislação paulista.

Essa agilidade do Fisco paulista, louvável por sinal, impacta diretamente no fluxo de caixa das empresas, que passam a contar com mais essa alternativa para minimizar o impacto financeiro do acúmulo de créditos e focar os recursos existentes no negócio para geração de novas oportunidades.

O contribuinte poderá usar o crédito, por exemplo, para liquidar o ICMS devido na importação, transferir para fornecedores para aquisição de matérias-primas ou ativos imobilizados desde que tais fornecedores estejam localizados no Estado de São Paulo bem como, caso seja integrante de um grupo econômico com empresas localizadas no próprio Estado, transferir esse crédito para outra empresa, desde que atendidas as regras da interdependência previstas na legislação paulista.

Uma outra alternativa para utilização desses créditos foi a instituída pelo artigo 43 da Lei nº 17.843/23, denominada de "Transação Paulista", na qual empresas que possuem débitos inscritos em dívida ativa podem ingressar neste programa com a redução de 100% de juros de mora e 50% de desconto sobre o valor remanescente da dívida e liquidar até 75% do valor consolidado da dívida com crédito acumulado de terceiros.

Nessa alternativa, os créditos de ICMS já precisam estar apropriados junto à Sefaz/SP no ambiente do e-CredAc e o procedimento para apropriação é relativamente simples, objetivando maximizar e facilitar sobremaneira a sua utilização.

Sendo assim, recomenda-se que os contribuintes que se encontrem nessa condição de acúmulo de créditos de ICMS no Estado de São Paulo que adotem tais medidas para monetizar esses valores, de forma que referidos valores possam ser objeto de utilização financeira e, assim, conseguir aliviar o fluxo de caixa, entre outros benefícios.

Douglas Rogério Campanini é sócio-diretor da Consultoria de **Tributos** Indiretos da Atliros Auditoria e Consultoria

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187803>

G20 encerra encontro sem declaração oficial

Anais Fernandes e Marcelo Osakabe

G20 no Brasil

Apesar do consenso em torno dos temas econômicos, a primeira reunião dos ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do G20, em São Paulo, terminou sem a edição de um **comunicado** oficial corroborado pelos países por impasses envolvendo questões geo-políticas, informou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segundo Haddad, será publicado um manifesto da presidência do G20 sobre o consenso que houve na parte financeira.

Sem citar casos específicos, o ministro disse que esses impasses sempre dizem respeito "aos conflitos em curso".

O Valor apurou que a falta de um **comunicado** final se deve a uma questão semântica que passa pela divergência entre os integrantes do encontro em relação ao tratamento dado à guerra entre Rússia e Ucrânia. Os ministros não teriam conseguido consenso sobre as expressões "guerra à Ucrânia" ("on Ukraine", posição defendida pelo G7) e "guerra na Ucrânia" ("in Ukraine").

"Nós não discutimos temas geopolíticos em nossas reuniões", afirmou em entrevista no encerramento do encontro. "Fica difícil para ministros e presidentes de BCs entrarem em acordo sobre tema que não foi discutido em plenário", acrescentou.

Isso, defendeu Haddad, deveria ser feito nas chamadas trilhas de sherpas - os diplomatas que tocam as negociações no dia a dia -, que debatem temas geopolíticos. "O esforço de redação de consenso [nessa trilha] geraria repercussões positivas na nossa", afirmou.

Segundo Haddad, um **comunicado** teria sido assinado "não fosse a insistência de alguns membros de uma nota de rodapé fazendo referência a essas questões sobre as quais houve certa insistência".

Tudo que diz respeito à trilha financeira estará no resumo que a presidência do G20 soltará, disse Haddad. "É a expressão consensual do que foi discutido no âmbito do fórum ao qual pertencemos."

"Nós havíamos nutrido a esperança de que temas

mais sensíveis relativos a geopolítica fossem debatidos exclusivamente na trilha diplomática. Imaginamos que essa divisão de trabalho pudesse acontecer. Mas como não se chegou, nas reuniões da semana passada no Rio, a uma redação comum, isso acabou contaminando o consenso na nossa", afirmou.

Como a "divisão de tarefas" pensada pela presidência do G20 acabou não se confirmando, disse Haddad, "se tornou quase uma impossibilidade lógica" um **comunicado** da trilha financeira, "porque se não foi possível lá [na trilha diplomática], dificilmente ia se chegar, sem esse apoio, a uma solução satisfatória aqui", argumentou. Apesar disso, Haddad reforçou que, na trilha financeira, "chegamos a uma redação absolutamente consensual sobre temas de natureza econômica".

"Conseguimos redigir um **comunicado** sobre eles que contemplava todas as expectativas que foram colocadas", disse.

Haddad afirmou que chegou-se "muito perto" de uma "pequena nota, que desse conta disso". "Não nos furtamos a tentar até o último minuto a enfrentar essa questão", afirmou. "Chegou uma hora que o impasse era tão pequeno que dizia respeito a uma palavra", disse, sem mencionar qual seria essa palavra.

Antes da entrevista final, o ministro da Fazenda afirmou que a presidência brasileira no G20 buscará construir uma declaração sobre tributação internacional até a reunião ministerial de julho.

"Consultaremos todos os membros e trabalharemos em conjunto para termos um documento equilibrado, porém ambicioso, que reflita as nossas legítimas aspirações", disse Haddad na abertura da primeira sessão do dia do encontro de ministros das finanças e presidentes de bancos centrais do grupo.

Também pela manhã, Haddad afirmou que a proposta de taxar os super-ricos globalmente foi bem recebida e que o encontro de ministros de finanças e representantes de bancos centrais transcorreu "excepcionalmente bem".

"Temas propostos pelo Brasil foram bem aceitos", afirmou. Segundo Haddad, a questão da tributação global "vem avançando muito" e "há grande expectativa" que ocorra, em 2024, o avanço do pilar 2 da tributação global da OCDE, que diz respeito à taxa mínima de multinacionais.

"Essa é a razão pela qual propusemos o início de discussão de um terceiro pilar", afirmou Haddad, em referência à taxa mínima global de riquezas de pessoas físicas. "Em relação à proposta [de taxar super-ricos], ninguém se manifestou contrariamente", disse.

O ministro reconheceu, no entanto, que houve mais consenso em torno das discussões propostas pela presidência do G20 a respeito da desigualdade do que sobre essa taxa dos super-ricos.

O Brasil, disse Haddad, "estava muito atrás da OCDE na taxa dos mais ricos". A tributação internacional justa e progressiva é, segundo Haddad, tema-chave para resolver muitos dos desafios mundiais enfrentados.

"Vindo de um processo bem-sucedido de **reforma tributária** no Brasil, tenho certeza de que há muito que os países podem fazer por si mesmos. No entanto, soluções efetivas para que os super-ricos paguem sua justa contribuição em **impostos** dependem de cooperação internacional", afirmou.

Essa cooperação, observou Haddad, já existe, por exemplo, em trabalhos da OCDE e do próprio G20. Mas disse que é necessário trabalhar para complementar essa agenda "de uma maneira equilibrada" e garantir a conclusão das negociações do Pilar 1 da OCDE, que trata da adaptação do sistema tributário corporativo internacional à era digital.

"É um fato inquestionável que os bilionários do mundo continuam evadindo nossos sistemas tributários por meio de uma série de estratégias", afirmou.

Ele citou um relatório do EU Tax Observatory, segundo o qual bilionários pagam alíquota efetiva de **impostos** equivalente a entre zero e 0,5% de sua riqueza.

"Colegas, eu sinceramente me pergunto como nós, ministros da Fazenda do G20, permitimos que uma situação como essa continue. Se agirmos juntos, nós temos a capacidade de fazer com que esses poucos indivíduos deem sua contribuição para nossas sociedades e para o desenvolvimento sustentável do planeta", disse Haddad aos demais participantes do encontro.

A Comissão Independente para a Reforma da Tributação Corporativa Internacional (em inglês, Icrict), divulgou nota elogiando a proposta de taxa dos multimilionários. "Pela primeira vez, uma proposta para um imposto mínimo global sobre os super-ricos foi

discutida na reunião dos ministros das finanças do G20 em São Paulo", diz Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de Economia e copresidente do Icrict. "Sob a liderança do Brasil, a questão da tributação dos super-ricos está finalmente sendo discutida pelo G20."

Stiglitz convidou "os líderes do G20 a adotarem esta nova agenda sobre a coordenação fiscal internacional para garantir que estes indivíduos comecem a pagar a sua parte justa para permitir que os governos enfrentem os desafios das alterações climáticas, das pandemias e da desigualdade, e façam investimentos essenciais na educação, saúde, infra-estruturas e tecnologia".

Jayati Ghosh, copresidente do Icrict, afirmou: "Aplaudimos a liderança do Brasil na promoção de uma nova agenda fiscal internacional focada na tributação dos super-ricos e instamos os líderes do G20 a abraçar esta tão necessária agenda. É hora de acabarmos com a capacidade dos super-ricos de pagar menos **impostos** do que um professor em Déli ou um operário de uma fábrica em São Paulo".

Na Convenção das Nações Unidas (ONU), disse Haddad, vários países também expressaram o desejo de aprofundar a cooperação pela tributação internacional.

"No fim do ano passado, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a resolução 78/230, abrindo assim uma nova avenida para a tributação internacional. Embora eu saiba que opiniões sobre essa resolução variam dentro do G20, é evidente que o G20 não pode simplesmente ignorar um fato de tamanha importância."

Por isso, disse Haddad, o Brasil convidou o professor Gabriel Zucman, francês especialista no tema, para apresentar aos presentes na reunião uma proposta de taxa internacional da riqueza.

"Sei que há diferentes visões sobre o tema na sala, mas espero que a apresentação seja informativa e abra caminho para futuras discussões baseadas em evidência. Acredito que a tributação internacional de riqueza deveria constituir um terceiro pilar em nossa agenda de cooperação tributária internacional", afirmou.

O ministro da Fazenda disse não ver "contradição entre as diferentes agendas de tributação que apresentamos em nossa mesa".

"Ao contrário, quero fazer um chamado para que as Nações Unidas e a OCDE trabalhem juntas, unindo a legitimidade e a força política da primeira à capacidade técnica da segunda. Se unirmos esforços e levarmos

em conta as pesquisas mais avançadas na área, podemos continuar avançando em nossa cooperação tributária internacional e diminuindo as oportunidades para que um pequeno número de bilionários continue tirando proveito de buracos em nosso sistema tributário para não pagar sua justa contribuição", afirmou.

"Pela 1º vez, imposto mínimo global sobre super-ricos foi discutido"

Joseph Stiglitz

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187803?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187803?page=1§ion=1)**

Por falta de um consenso geopolítico, G-20 no Brasil acaba sem comunicado

I ALTAMIRO SILVA JUNIOR, EDUARDO LAGUNA, CRISTINA CANAS, LAÍS ADRIANA e FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

A reunião dos ministros das finanças e presidentes de bancos centrais do G-20, presidida pelo Brasil, terminou ontem em São Paulo sem um **comunicado** conjunto em razão da falta de consenso sobre questões geopolíticas, que envolvem os conflitos na Ucrânia e na Faixa de Gaza.

"Havíamos nutrido a esperança de que temas mais sensíveis como geopolítica fossem debatidos no encontro de chanceleres", disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. No entanto, na reunião realizada no Rio de Janeiro, na semana passada, não houve consenso.

O chamado "communiqué", usado em tratativas internacionais, é publicado ao final de eventos multilaterais e tem por objetivo explicitar consensos entre os países que participam dos encontros.

Haddad disse que no encontro se chegou a um consenso nos temas financeiros. Com dois pilares relacionados à tributação internacional, construídos na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a serem concluídos até o fim do ano, Haddad disse que o Brasil tomou a iniciativa de colocar em debate um terceiro: a aplicação de uma tributação mínima sobre a riqueza mundial. "Temos condição de buscar maior justiça tributária no mundo."

PALAVRA-CHAVE. A divergência em torno de uma palavra não permitiu que a reunião de autoridades monetárias terminasse com um **comunicado** conjunto.

Segundo apurou a reportagem, o impasse ocorreu sobre os termos "war on Ukraine" (guerra sobre a Ucrânia) ou "war in Ukraine" (guerra na Ucrânia).

A Rússia defendia a última expressão enquanto os países ocidentais do bloco brigaram pela primeira. As economias mais desenvolvidas também não queriam mencionar Israel no conflito com o Hamas, e defendiam que houvesse uma citação apenas à crise em Gaza.

"Chegou uma hora em que o impasse era tão pequeno que dizia respeito a uma palavra", disse o ministro,

que não revelou qual era o termo. No entanto, concluiu Haddad, "chega uma hora que a reunião termina". Ele não mencionou quem estava irredutível.

Publicamente, o ministro das Finanças da Alemanha, Christian Lindner, declarou mais de uma vez que o país não assinaria o **comunicado** se não houvesse a citação das guerras na Faixa de Gaza e na Ucrânia.

Divergência Uma palavra sobre a citação da guerra na Ucrânia impediu **comunicado** conjunto

Crescimento ainda é foco de preocupação, diz dirigente do BCE

O dirigente do Banco Central Europeu (BCE) e presidente do BC da Itália, Fabio Panetta, disse ontem que a **inflação** global está caindo rapidamente, enquanto o crescimento econômico se manteve resiliente e avançou acima do esperado. Contudo, ele lembrou que há uma preocupação generalizada com relação ao ritmo de crescimento das economias, que classificou como "insatisfatório" e "heterogêneo" entre os países.

Os comentários foram feitos em entrevista, ao lado do ministro das Finanças da Itália, Giancarlo Giorgetti, ontem na reunião do G-20. Questionado sobre a **inflação** italiana, Giorgetti comemorou os números recentes, mas alertou que ainda não é hora de revisar o **PIB** diante do ambiente global desafiador.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Haddad pede cooperação para taxar os super- rícos

RAFAELAGONÇALVES

São Paulo - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reforçou ontem aos ministros de finanças do G20 a necessidade de cooperação internacional para a taxação dos super-ricos. "Apesar dos avanços recentes, é um fato inquestionável que os bilionários do mundo continuam evadindo nossos sistemas tributários por meio de uma série de estratégias" destacou o chefe da equipe econômica, que participou do painel "Tributação Internacional para o século 21. "Vindo de um processo bem-sucedido de reforma tributária no Brasil, tenho certeza de que há muito que os países podem fazer por si mesmos. No entanto, soluções efetivas para que os super-ricos paguem sua justa contribuição em impostos dependem de cooperação internacional", disse o ministro na Bienal do Parque Ibirapuera, em São Paulo, onde está sendo realizado o evento.

"Sei que há diferentes visões sobre o tema na sala, mas espero que a apresentação seja informativa e abra caminho para futuras discussões baseadas em evidência. Acredito que a tributação internacional de riqueza deveria constituir um terceiro pilar em nossa agenda de cooperação tributária internacional", comentou Haddad.

O ministro lembrou que a maioria dos países já expressou o desejo de aprofundar a cooperação tributária internacional por meio de uma Convenção das Nações Unidas. "Se unirmos esforços e levarmos em conta as pesquisas mais avançadas na área, podemos continuar avançando em nossa cooperação tributária internacional e diminuir as oportunidades para que um pequeno número de bilionários continue tirando proveito de buracos em nosso sistema tributário para não pagar sua justa contribuição."

Ao mencionar a cooperação internacional, Haddad pontuou que nos últimos 10 anos houve um grande avanço em áreas como troca de informações, transparência e níveis mínimos de tributação, e parabenizou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nesse sentido, mas afirmou que ainda há muito o que fazer.

Ele citou o mais recente relatório do EU Tax Observatory sobre evasão fiscal, que apontou que bilionários pagam uma alíquota efetiva de impostos

de até 0.5% de sua riqueza. "Colegas, eu sinceramente me pergunto como nós, ministros da Fazenda do G20, permitimos que uma situação como essa continue. Se agirmos juntos, nós temos a capacidade de fazer com que esses poucos indivíduos deem sua contribuição para nossas sociedades e para o desenvolvimento sustentável do planeta", declarou. Haddad afirmou que o governo buscará construir uma declaração do G20 sobre tributação internacional até a próxima reunião ministerial do grupo de finanças, em julho. "Consultaremos todos os membros e trabalharemos em conjunto para termos um documento equilibrado, porém ambicioso, que reflita as nossas legítimas aspirações", completou.

GEOPOLÍTICA

O ministro das Finanças da Alemanha, Christian Lindner, disse estar confiante em um acordo entre os líderes de finanças do G20 para a assinatura de um comunicado conjunto, tradicionalmente divulgado após o fim da reunião. Em coletiva de imprensa, ele reforçou que não é possível se concentrar apenas nas discussões econômicas. Apesar da tentativa do Brasil de desviar das tensões geopolíticas, Lindner reiterou que a Alemanha só apoiaria um comunicado se as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza forem mencionadas.

Lindner se mostrou favorável ao uso dos ativos congelados da Rússia para a reconstrução da Ucrânia. O tema foi alvo de debate paralelo ontem pelos membros do G7 grupo dos sete países mais desenvolvidos economicamente do mundo, composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. Após o início da guerra no Leste europeu, em fevereiro de 2022, os países ocidentais congelaram aproximadamente 300 bilhões de euros (R\$ 1,6 trilhão) como forma de sanção aos ataques russos. Os bens vão desde ativos do banco central a iates, propriedades imobiliárias e outros bens de oligarcas próximos ao presidente Vladimir Putin.

As profundas divisões entre os países sobre as guerras entre Israel e o Hamas em Gaza e entre a Rússia e a Ucrânia fizeram com que a reunião de ministros das Relações Exteriores do G20, que aconteceu na semana passada no Rio de Janeiro, terminasse sem um comunicado conjunto.

TESTE NEGATIVO

Depois de testar negativo para COVID-19, o ministro Fernando Haddad retomou sua agenda presencial no encontro de ministros do G20. "Fico muito feliz em participar presencialmente desta reunião. Eu tinha comprado um terno novo, um sapato novo, uma gravata nova, para estar aqui com vocês, e estava lamentando não poder utilizá-los. Mas felizmente, ontem, eu passei por consulta e tive a boa notícia de um teste negativo. Hoje, reafirmei o teste para comprovar que não haveria risco na minha presença aqui", disse o ministro, no início de seu discurso.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Haddad pede ajuda para taxar os super-ricos

SÃO PAULO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reforçou ontem aos ministros de finanças do G20, a necessidade de uma cooperação internacional para a taxação dos "super-ricos".

"Apesar dos avanços recentes, é um fato inquestionável que os bilionários do mundo continuam evadindo nossos sistemas tributários por meio de uma série de estratégias", destacou o chefe da equipe econômica, que participou do painel "Tributação Internacional para o século 21".

"Vindo de um processo bem-sucedido de **reforma tributária** no Brasil, tenho certeza de que há muito que os países podem fazer por si mesmos. No entanto, soluções efetivas para que os super-ricos paguem sua justa contribuição em **impostos** dependem de cooperação internacional", disse o ministro na Bienal do Parque Ibirapuera, em São Paulo, onde acontece o evento.

Ao mencionar a cooperação internacional, Haddad pontuou que nos últimos 10 anos houve um grande avanço em áreas como troca de informações, transparência e níveis mínimos de tributação, e parabenizou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nesse sentido, mas afirmou que ainda há muito o que fazer.

Haddad disse que a maioria dos países do mundo já expressou o desejo de aprofundar a cooperação tributária internacional por meio de uma Convenção das Nações Unidas.

HADDAD, presente no G20, afirma que a maioria dos países já expressou o desejo de aprofundar a cooperação tributária internacional

Taxação dos super-ricos

»»*Rafaela Gonçalves** **Colaborou Henrique Lessa*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, reforçou, ontem, aos ministros de Finanças do G20 a necessidade da cooperação para a taxação dos "super-ricos". "Apesar dos avanços recentes, é um fato inquestionável que os bilionários do mundo continuam evadindo nossos sistemas tributários por meio de uma série de estratégias", destacou Haddad, no painel "Tributação Internacional para o século 21".

Em entrevista coletiva, no final do encontro, Haddad comemorou os avanços da proposta brasileira de cooperação tributária internacional para a construção do que ele definiu como a construção de uma "justiça tributária global", mas destacou que o processo é lento.

"No contexto internacional, isso funciona muito lentamente. Você exerce a legitimidade que você tem ao presidir e o tema ganha tração mais ou menos em função do interesse do grupo. Não dá para prever agora", explicou o ministro, destacando que, nesse caso, as discussões ligadas ao combate da desigualdade foram as mais bem recebidas pelos países do G20.

Ao mencionar a cooperação internacional, Haddad pontuou que nos últimos dez anos houve um grande avanço em áreas como troca de informações, transparência e níveis mínimos de tributação e parabenizou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nesse sentido, mas afirmou que ainda há muito o que fazer.

Ele citou o mais recente relatório do EU Tax Observatory sobre evasão fiscal, que apontou que bilionários pagam uma alíquota efetiva de **impostos** equivalente a algo entre 0 e 0.5% de sua riqueza. "Colegas, eu sinceramente me pergunto como nós, ministros da Fazenda do G20, permitimos que uma situação como essa continuasse. Se agirmos juntos, nós temos a capacidade de fazer com que esses poucos indivíduos deem sua contribuição para nossas sociedades e para o desenvolvimento sustentável do planeta", declarou o chefe da equipe econômica.

Taxar super-ricos do mundo renderia US\$ 250 bilhões por ano - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Um debate que certamente ganhará volume nos próximos meses diz respeito à taxação global dos super-ricos. Na reunião do G20, o economista francês Gabriel Zucman afirmou que um imposto de 2% sobre o patrimônio dos cerca de 3 mil bilionários do mundo renderia algo como US\$ 250 bilhões por ano em **tributos** para os fiscos nacionais. "Cada país pode fazer muito, individualmente, para coibir essa prática, mas a melhor forma é a coordenação internacional entre nações", disse. Segundo Zucman, é preciso distinguir patrimônio e renda - o ideal, afirmou, seria a tributação sobre o estoque de riqueza dos indivíduos, e não a renda, como é feito no modelo tradicional. Também no G20, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que uma proposta de tributação internacional de bilionários será apresentada até julho.

"Eu sinceramente me pergunto como nós, ministros da Fazenda do G20, permitimos que uma situação como essa continue", afirmou.

Apple desistiu de desenvolver carros elétricos Acabou o sonho da americana Apple de produzir carros elétricos.

Segundo relatos publicados na imprensa dos Estados Unidos, a empresa da maçã abandonou definitivamente projetos da área. Altos custos de desenvolvimento, concorrência feroz dos chineses e queda nas projeções de vendas de veículos a eletricidade teriam motivado a desistência. A Apple tem decepcionado.

É inegável que entrou atrasada na corrida pela inteligência artificial e, agora, os novos óculos Vision Pro não empolgaram.

Claro quer vender celulares 5G por R\$ 500 Uma das explicações para a baixa adesão dos brasileiros a smartphones dotados de tecnologia 5G é o preço, muito acima das gerações anteriores. A operadora de telefonia Claro, contudo, promete resolver o problema. Em evento realizado em Barcelona, o presidente da empresa no Brasil, Paulo César Teixeira, afirmou que negocia com fabricantes a venda de modelos por cerca de R\$ 500. Se o valor for alcançado, de fato, representará uma oportunidade para a popularização do 5G no país.

"Se você for avaliar o motivo do baixo crescimento brasileiro nas últimas décadas, é uma combinação de custo alto, juros altíssimos e câmbio que sempre esteve valorizado" Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

7,6% foi a taxa de desemprego no trimestre encerrado em janeiro, segundo o IBGE. Não houve variação em relação ao trimestre móvel anterior, de agosto a outubro de 2023

Donos da Gol embarcam em projeto de trem de passageiros A família Constantino, fundadora da companhia aérea Gol, deu um dos passos mais ambiciosos de sua trajetória empresarial. Ontem, o Consórcio C2, composto pela chinesa CRRC e pela Comporte, que pertence aos sócios da Gol, venceu o leilão do Trem Intercidades, promovido pelo governo de São Paulo.

O projeto consumirá R\$ 14,2 bilhões, sendo que o governo paulista arcará com 60% do montante. O trem ligará as cidades de São Paulo e Campinas, com previsão de início das operações em 2032.

RAPIDINHAS

A Petrobras passará a vender em São Paulo, a partir da semana que vem, diesel renovável. De acordo com a petrolífera, o Diesel R5 pode ser utilizado sem a necessidade de adaptações nos veículos e é isento de contaminantes, o que assegura a durabilidade dos motores. A ideia é que o produto chegue a outras praças.

A holding Bloomin" Brands, dona, no Brasil, da rede de restaurantes Outback Steakhouse, mira a expansão dos negócios no país. Em 2024, quatro unidades foram abertas ao custo de R\$ 20 milhões - em Belo Horizonte (MG), Aracaju (SE), Passo Fundo (RS) e São Paulo (SP). Com isso, são 159 estabelecimentos no mercado brasileiro.

A Disney anunciou a fusão de seus ativos de televisão e streaming na Índia com o Reliance Industries, maior conglomerado empresarial do país asiático. A empresa de Mickey não vai bem por lá: no ano passado, o número de usuários de seu canal de streaming na

Índia caiu. Com o acordo, a companhia espera retomar o protagonismo local.

A americana John Deere vai suspender a produção de máquinas agrícolas em Horizontina (RS), por 60 dias. A empresa afirmou que busca "uma solução mais adequada para ajustar a taxa diária de produção em sua fábrica". Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da região, a paralisação evitará a demissão de pelo menos 300 trabalhadores.

Taxa global para super-ricos pode render US\$ 250 bi ao ano, diz francês

Anais Fernandes e Marcelo Osakabe

O economista francês Gabriel Zucman, convidado pelo governo brasileiro para falar sobre a taxa global dos mais ricos do mundo na reunião do G20, afirmou que apresentou aos ministros de finanças uma proposta de instituir uma taxa mínima de 2% sobre a riqueza desses indivíduos.

Aplicada ao conjunto dos bilionários globais - um público estimado em cerca de 3 mil pessoas-, essa taxa renderia aproximadamente US\$ 250 bilhões por ano em **tributos** para os fiscos nacionais.

Em conversa com jornalistas após fazer sua apresentação para ministros do G20, Zucman disse que este é um debate que está apenas começando, mas que é "o próximo passo lógico" a ser tomado após avanços na tributação global, que culminaram, em 2021, com um acordo entre 135 países para coibir a evasão tributária de grandes corporações multinacionais.

"Cada país pode fazer muito, individualmente, para coibir essa prática, mas a melhor forma é a coordenação internacional entre nações. Ao criar um patamar mínimo global, ela evita que os mais ricos mudem seu domicílio fiscal para driblar a taxaço."

O economista disse também que o desenho inicial dessa tributação inclui olhar para o estoque de riqueza dos indivíduos, ao contrário da renda, como é feito no sistema tradicional.

"A noção de renda não é algo bem estabelecido, por isso, o mais fácil é ir atrás da riqueza, que está mais bem definida", afirmou. "Existe bastante informação sobre o que constitui a maior parte da riqueza dos bilionários, que está concentrada em ações de empresas listadas em bolsa ou em títulos. Mesmo participação em empresas não listadas podem ser precificadas, comparando-as com contrapartidas de capital aberto."

Ele acrescentou que a ideia é que esses indivíduos paguem, todo ano, uma certa quantidade de **tributos** até chegar a um mínimo de 2% de sua riqueza. Se eles já pagam mais que isso em seus países, não será aplicada nenhuma tributação adicional, disse.

Questionado sobre possíveis entraves à proposta, Zucman disse que não existe calendário para uma eventual adoção e que tudo pode ser discutido, a começar pelo próprio patamar mínimo de 2%. Outro ponto em aberto foi sobre qual seria o destino dessa arrecadação.

"Existem formas diferentes de distribuir esses recursos. Podemos argumentar que parte das receitas deveria ficar com os países em que os bilionários habitam, pois é legítimo que eles contribuam por terem usados os serviços públicos e infraestrutura do país. Mas também é possível argumentar que parte deveria ser compartilhada com outras nações, já que a riqueza dessas pessoas deriva da participação que detêm em multinacionais, que lucram com atividades em todo o mundo e que contribuem com crescimento da emissão de carbono e do aquecimento global, por exemplo."

Como próximo passo dessa agenda, Zucman está previsto um relatório organizado pelo Brasil e que deve ser entregue "nos próximos meses". Também ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mencionou que quer fazer com que o compromisso em instituir uma taxa global dos mais ricos conste do **comunicado** da reunião do G20 até julho, quando ministros das finanças se reúnem novamente.

"A melhor forma é a coordenação internacional entre nações" Gabriel Zucman

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187803?page=1§ion=1>

Economista sugere imposto anual de 2% para super-ricos

Em reunião com ministros de Finanças e chefes de Bancos Centrais do G20, ontem, o economista francês Gabriel Zucman sugeriu um modelo de tributação para super-ricos com alíquota anual de 2% sobre o patrimônio. Um relatório escrito por ele sobre a proposta será entregue ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nos próximos meses.

-Precisamos garantir que, todos os anos, os bilionários paguem parcela de **impostos**. A noção de rendimentos dos bilionários pode não ser muito bem definida, por isso esse imposto mínimo deveria ser sobre a riqueza, que é mais bem definida. A proposta concreta é a de que os bilionários paguem ao menos 2% de **impostos** pela sua riqueza, todos os anos.

Zucman, que é diretor do European Tax Observatory, reforçou a ideia de que o imposto incida sobre a fortuna acumulada dos bilionários e não sobre os ganhos. A estimativa do economista é que a taxa mínima poderia gerar US\$ 250 bilhões em receitas, em uma taxa que atingiria cerca de 3 mil pessoas. Ele ponderou, no entanto, que o valor exato da taxa depende "discussão internacional" e que esse é apenas "o início da conversa".

O economista explicou que o modelo de tributação poderia levar em conta os **impostos** gerais pagos pelos bilionários e que seria uma espécie de " piso tributário" para os super-ricos - caso um indivíduo, no cômputo geral, pagasse menos de 2% de sua riqueza total em imposto de renda, ele teria que pagar um imposto adicional para atingir essa porcentagem mínima.

Ele ponderou que a discussão é inicial e que uma definição sobre o desenho exato deve ser feita de forma democrática a partir do debate entre os países. Zucman também elogiou a proposta brasileira de colocar o tema na mesa do G20 - o assunto é tema de reunião no grupo pela primeira vez.

-Eu realmente acho que é um desenvolvimento histórico -destacou o economista.

MODELOS DE TRIBUTAÇÃO

Zucman, além de representantes da ONU e da OCDE, participou mais cedo de reunião com autoridades do G20 para apresentar o modelo de tributação de super-

ricos, defendido pelo governo brasileiro durante a presidência do grupo de países.

Autor de autor do livro "The Triumph of Injustice" ("O triunfo da Injustiça", em português), sobre o tema, ele explicou que mantém conversas com o governo brasileiro sobre o tema "há cerca de um ano".

Mais cedo, na abertura das reuniões de hoje, Haddad pediu cooperação da ONU e OCDE para endereçar o tema e afirmou que pretende construir até junho uma declaração conjunta do G20 sobre a tributação internacional. A proposta não estava prevista para aparecer em um **comunicado** final do encontro, que acabou não saindo.

Em coletiva de imprensa, Zucman ressaltou que a proposta de taxa para super-ricos poderia começar com uma parcela de países, a partir de cooperações internacionais, e disse que seria "utópico" pensar que existiria um acordo consensual total sobre o tema no mundo.

Ele também ressaltou que é "impossível" pensar em um prazo para que a medida seja adotada, mas destacou que é preciso "avançar o mais rápido possível" nela.

- E importante entender

que não precisamos de um consenso global. É possível fazer progressos com a coordenação dos países que estão dispostos a ir nessa direção-afirmou.

Questionado sobre a reação dos ministros sobre a proposta, ele citou como positivo o apoio do ministro de Economia e Finanças da França, Bruno Le Maire, e o interesse da Secretária do Tesouro americana, Janet Yellen. (Juliana Causin)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Setor de biocombustível busca diferencial tributário

ISADORA DUARTE /BRASÍLIA

O setor do biocombustível quer assegurar o diferencial tributário recebido pelo setor na **reforma tributária**. A necessidade de manutenção do regime tributário diferenciado foi a prioridade levantada por entidades do setor durante seminário do grupo de trabalho das frentes parlamentares produtivas para a regulamentação da **reforma tributária** sobre o regime específico dos combustíveis e biocombustíveis. O debate foi realizado na tarde de ontem na Câmara dos Deputados.

"A manutenção do diferencial tributário é essencial e a restituição do crédito sobre os insumos", disse o diretor de Relações Governamentais da União Nacional do Etanol do Milho (Unem), Bruno Alves.

O regime específico para combustíveis e biocombustíveis será regulamentado por lei complementar à reforma. Uma das preocupações do setor é com a unificação do diferencial tributário, já que atualmente o regime muda conforme os **impostos** cobrados em cada Estado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Consultoria diz que programa custou R\$ 6,5 bi; Fazenda vê renúncia de R\$17 bi

LUIZ GUILHERME GERBELLI BRASÍLIA

O custo tributário do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) aos cofres públicos foi de, no máximo, R\$ 6,5 bilhões em 2023, segundo estudo elaborado pela consultoria Tendências e chancelado por dez associações do setor.

O valor vai ao encontro das cifras que vêm sendo alegadas pelo segmento, mas é menos da metade do que o divulgado pela equipe econômica. Segundo o Ministério da Fazenda, no ano passado o programa gerou uma perda de receita de R\$ 17 bilhões.

Criado durante a pandemia de covid-19, o Perse envolve renegociação de dívidas, concessão de empréstimos e incentivo fiscal para o setor de eventos.

O programa, porém, foi revogado no fim do ano passado pela medida provisória (MP) da reoneração da folha de pagamentos, num esforço do governo para melhorar a arrecadação e, conseqüentemente, o resultado fiscal - em 2024, a promessa da equipe econômica é zerar o rombo das contas públicas.

Na última terça-feira, o governo editou nova MP revertendo a reoneração da folha e, na quarta, enviou um projeto de lei sobre o tema. O fim do Perse, porém, foi mantido na MP anterior. E a extinção do programa enfrenta forte resistência no Congresso.

Desde a primeira MP, editada no último dia útil de 2023, governo e empresas do setor abriram uma disputa sobre o real valor do programa. O impacto fiscal inicial foi estimado pela equipe econômica em R\$ 4,4 bilhões por ano; mas, de acordo com o governo, seu custo foi bem superior.

A Fazenda alega ainda que a perda de receita pode ser ainda maior, uma vez que a **Receita Federal** diz haver indícios de fraudes e lavagem de dinheiro por meio do programa.

Com isso, os custos poderiam ter chegado a até R\$ 32 bilhões em 2023, segundo a equipe econômica.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que abriria os dados do Perse e enviaria ao Congresso.

METODOLOGIA. Para calcular o custo do Perse, a consultoria Tendências criou uma metodologia com o objetivo de estimar a receita bruta do setor em 2023 e, conseqüentemente, qual teria sido o pagamento de **tributos** - Imposto de Renda Pessoa Jurídica, CSLL, PIS/Cofins.

A análise de dados contou com informações da **Receita Federal** e da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento mostra que a recuperação do setor de eventos é uma das mais fracas desde o início da pandemia de covid.

No recorte de fevereiro de 2020 até novembro do ano passado, o setor de turismo cresceu 2,2%, abaixo do avanço de 10,8% dos serviços e de 7,8% do comércio.

"Comparado com a atividade econômica nacional e setores semelhantes, eventos e turismo apresentam um menor desempenho, motivando preocupações com uma eventual retirada abrupta do Perse", diz o documento.

Procurado, o Ministério da Fazenda ainda não se manifestou sobre o estudo do setor empresarial.

A relatora do Perse na Câmara, deputada Renata Abreu (SP), presidente do Podemos, afirmou que há divergência no valor da renúncia fiscal alegada pelo setor. "A gente precisa dialogar para compreender de onde está vindo essa diferença do que consta para a gente nos dados oficiais e o que o governo alega. Sem diálogo, é impossível se estabelecer discussão", afirmou.

Em manifesto elaborado por frentes do Congresso ligadas ao turismo, à hotelaria e ao empreendedorismo, parlamentares disseram que os valores apresentados pelo governo são "superdimensionados, não havendo como o programa passar dos R\$ 5 bilhões por ano, muito abaixo da faixa entre R\$ 17 bilhões e R\$ 32 bilhões alegados".

Como mostrou o Estadão, aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), vêm pressionando Haddad pela continuidade do programa.

O ministro, por sua vez, segue afirmando que entende a controvérsia sobre os valores do Perse, mas que não trabalha com "achismo" e que os números divulgados estão baseados em dados da Receita.

"O setor não tem como saber o que foi informado para a Receita. Tenho a maior simpatia, tenho boa vontade, mas eles não podem ter uma informação mais precisa do que a própria Receita, que inclusive recebe dos contribuintes o informe.

É até assimétrico isso", disse o ministro em entrevista à jornalista Míriam Leitão na GloboNews, na semana passada.

"Então, nós vamos levar os dados oficiais para o Congresso.

Nós não trabalhamos com achismo aqui", afirmou.

"A gente precisa dialogar para compreender de onde está vindo essa diferença do que consta para a gente nos dados oficiais e o que o governo alega"

"Sem diálogo, é impossível se estabelecer essa discussão" Renata Abreu (Podemos-SP) Relatora do Perse na Câmara

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Custo foi de R\$ 6,5 bi, diz setor PERSE

CAROLINA FREITAS Um estudo sobre os custos reais do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), encomendado por entidades dos setores de eventos e turismo, revela que em 2023 o benefício custou, no máximo, R\$ 6,5 bilhões aos cofres públicos. O número contradiz com os dados apresentados pelo Governo Federal, que afirma que o programa gerou um gasto de R\$ 17 bilhões no ano passado. A pesquisa também revelou que o setor de eventos foi um dos mais impactados pela pandemia de covid-19, tendo alcançado uma recuperação lenta, intensificada apenas em 2022 e 2023. Nos últimos dois anos, o setor contribuiu de forma importante para a geração de empregos no Brasil, mas ao analisar o período de 2020 a 2023, os setores do Perse foram os que menos geraram mão de obra e movimentaram a economia. De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, apenas em 2020 as ati

Um estudo sobre os custos reais do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), encomendado por entidades dos setores de eventos e turismo, revela que em 2023 o benefício custou, no máximo, R\$ 6,5 bilhões aos cofres públicos. O número contradiz com os dados apresentados pelo Governo Federal, que afirma que o programa gerou um gasto de R\$ 17 bilhões no ano passado.

A pesquisa também revelou que o setor de eventos foi um dos mais impactados pela pandemia de covid-19, tendo alcançado uma recuperação lenta, intensificada apenas em 2022 e 2023. Nos últimos dois anos, o setor contribuiu de forma importante para a geração de empregos no Brasil, mas ao analisar o período de 2020 a 2023, os setores do Perse foram os que menos geraram mão de obra e movimentaram a economia.

De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, apenas em 2020 as atividades ligadas ao Perse tiveram uma queda de 20,4% na geração de empregos. Em 2021, com a implementação do programa, houve um crescimento de 7,3%. Em 2022, o aumento de empregos foi de 12,3%, e em 2023, de 8,8%.

Um destaque do levantamento é a comparação da geração de emprego dos setores ligados ao Perse com os demais setores da economia.

Quando analisado o cenário completo - pré-pandemia, durante e pós - de 2019 a 2023 as CNAEs ligadas ao programa cresceram apenas 4,3%. Outros setores demonstraram melhores resultados: o setor da construção cresceu de 34% no mesmo período. Os

setores da informação e comunicação (30,6%), atividades profissionais, científicas e técnicas (29,7%) e atividades imobiliárias (22,3%) também tiveram altas significativas.

A pesquisa intitulada Eventos e Turismo - Avaliação dos custos e do contexto econômico de implementação do Perse foi realizada pela Tendências Consultoria. O estudo levou em consideração dados da **Receita Federal**, do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) - com dados de notas fiscais eletrônicas - e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Uma das dificuldades do estudo foi coletar dados para embasar a pesquisa. Segundo a Tendências Consultoria, as informações da Receita encontram-se incompletas.

Por isso, houve a necessidade de bases adicionais, como a análise dos dados oficiais de receita das notas fiscais (NFe), com dados até junho de 2023, e do IBGE, com dados até o fim do ano passado.

Outro ponto da pesquisa é que ela não analisou eventuais fraudes ou movimentações atípicas dentro das 44 CNAEs elegíveis ligadas ao Perse, e esse dado pode afetar os cálculos dos custos. "A capacidade de validar os registros, por empresa e transação financeira, está restrita aos órgãos públicos oficiais", explicou o economista e analista sênior na Tendências, Thiago Xavier. Em relação às possíveis fraudes no programa, que embasou a Medida Provisória 1.202/2023 que extingue o Perse, o presidente da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos (Abrape), Doreni Caramori, destacou a preocupação do setor com o uso efetivo do Perse.

"Desde a implementação do programa, o setor vem procurando a Receita para garantir o 'bom uso' do Perse. Estamos à disposição para avaliar o que o governo chama de 'mal uso do programa'. Cabe a quem tem a ferramenta para controle do programa fazer os apontamentos, seja ele através de notificações, autuação ou até punição para quem cometeu o 'mal uso' do programa", declarou.

Para Caramori, o fim do Perse pode gerar três grandes problemas para o setor: "As consequências de um encerramento abrupto e prematuro do programa serão os impactos na segurança jurídica da relação, um ciclo de desinvestimento bastante claro e um incremento do endividamento das empresas ao nível visto na

pandemia, com encerramento de postos de trabalho e, eventualmente, até fechamento de empresas", explicou.

"Na pandemia, os setores ligados ao Perse caíram desproporcionalmente em comparação aos demais setores da economia. Mas demonstraram forma de recuperação, porém ainda não em níveis suficientes para acompanhar o crescimento dos demais setores pós-pandemia.

Por isso, atestamos para a necessidade do programa nos últimos anos e de não se romper abruptamente o Perse", completou o presidente da Abrape.

NÚMEROS

R\$ 17 bilhões foi o valor apresentado pelo governo federal de custo com o Perse

20,4% foi a queda na geração de emprego em setores do Perse em 2020

7,3% foi o crescimento do setor em 2021

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Municípios recebem último repasse do FPM

MAYCON MARTE Especial para O Liberal

A última parcela do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deste mês de fevereiro foi encaminhada ontem. Aos municípios paraenses, será repassado o valor total de R\$163.123.379,62 - ou R\$128.867.469,90, com a retenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O benefício é repassado todos os meses, a cada dez dias.

Os recursos são fruto da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI). Os repasses por município variam de acordo com a quantidade de habitantes, índice divulgado pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com um levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), o terceiro repasse deste mês será 35,09% maior que o valor anterior no mesmo período do último ano.

O estudo ainda aponta que as prefeituras receberam 17,70% a mais que os repasses anteriores, o equivalente a R\$ 22,7 bilhões.

Segundo informações da Federação das Associações de Municípios do Pará (Famep), a cidade de Belém recebe 11,0% dos repasses para 1.367.336 habitantes.

Com exceção da capital, os municípios de Abaetetuba, Ananindeua, Castanhal, Marabá, Parauapebas e Santarém, possuem os maiores valores repassados com 4,0% cada. Os dados também registram que mais da metade dos municípios do estado recebem de 2% a 0,6% dos repasses.

De acordo com o assessor técnico da Famep, Ricardo Matos, isso se deve a logística de distribuição desproporcional à realidade dos municípios. O representante lembra que devido ao tamanho, os municípios menores "não têm, por exemplo, arrecadação própria, eles não arrecadam com taxas de serviços municipais, eles não arrecadam com IPTU", declara. Ainda destaca como consequência que "os municípios que mais precisam do repasse também são os que menos têm valor repassado".

O representante técnico afirma que a Federação tem destinado esforços que contornam a necessidade exclusiva do FPM aos municípios menores. "A gente

busca capacitar a equipe técnica dos municípios a estar captando recursos além dos repasses do FPM e a gente oferece algumas ferramentas que ajudam na cobrança de **tributos**", explica. O assessor enfatiza sobre o trabalho realizado nestas localidades que "a grande alternativa que a gente enxerga é dar alternativas que não deixem estes municípios dependentes só do FPM", pontua. Entre os exemplos dessas ações, destaca o acompanhamento dos lançamentos de editais de investimento e auxílio aos gestores e técnicos de cada uma das regiões.

Principais repasses

Belém - 11,0%

Abaetetuba - 4,0%

Ananindeua - 4,0%

Castanhal - 4,0%

Marabá - 4,0%

Parauapebas - 4,0%

Santarém - 4,0% Altamira - 3,6%

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

Renda fixa ganha apelo com atraso em corte de juros nos EUA

Adriana Cotias De São Paulo

A renda fixa mais conservadora voltou a mostrar força no Brasil em meio a dúvidas sobre em que momento o Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) vai cortar os juros. O ajuste no discurso da autoridade monetária americana provocou uma revisão de preços dos ativos em geral, em fevereiro - à exceção das bolsas de Nova York.

No mercado brasileiro, houve impactos nas taxas negociadas no mercado futuro, nos títulos públicos prefixados e nos corrigidos pela **inflação**. O Ibovespa até buscou alguma reação, subiu 3,4% até o dia 27, mas o fluxo ajudou pouco, e encerrou com o mês com alta de 0,99%, e recuo de 3,9% no ano.

Com alta de 0,80% em fevereiro e de 1,77% no ano, as aplicações pós-fixadas, atreladas à Selic, lideram o ranking de 2024, sem que nenhuma outra classe entre os ativos tradicionais bata o CDI, o juro que baliza as trocas de dinheiro entre instituições financeiras. Títulos públicos atrelados ao IPCA com prazo acima de cinco anos, representados pelo IMA-B 5+, subiram 0,51% em fevereiro, mas recuam 0,96% no ano. O referencial de papéis mais curtos levou a melhor, com alta de 0,59% no mês e 1,28% no ano. O IRF-M, cesta que reúne papéis prefixados do Tesouro, subiu 0,46% no mês e 1,13% no ano. A **inflação** projetada para o período é de 1,18%.

O ano começou mal, mas não é para desistir da alocação estrutural em ativos de risco, diz Nicholas McCarthy, diretor de estratégia de investimentos do Itaú Unibanco. Apesar do adiamento do ciclo de corte de juros nos EUA, o cenário para investimentos não mudou e ele segue construtivo. Isso inclui bolsas de mercados emergentes um nível acima do neutro (o ponto estrutural), ações no Brasil (neutro), aplicações atreladas a juro real (nível 1) e prefixados (neutro).

"Em algum momento a **inflação** vai ceder e permitirá o corte de juros nos EUA, o difícil é saber quanto, quando, por qual tempo. Mas ao longo dos próximos 12 a 18 meses, deve ter cortes de juros em toda a curva [de taxas futuras] e permitirá que ativos de renda fixa, crédito e títulos do governo performem bem", diz McCarthy.

Mesmo as bolsas americanas, que vêm testando altas

sucessivas empurradas pelas gigantes de tecnologia, têm espaço para valorizações adicionais. Para ele, as inovações em curso são duradouras e "é difícil dizer o momento que vão atingir o pico".

Para o mercado brasileiro, a leitura do executivo é que o Banco Central seguirá o ritmo de reduções da Selic, de 0,50 ponto percentual por reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), até uma taxa de 9,5% - dos 11,25% ao ano atuais.

"Não há, no curto prazo, espaço para acelerar até o Fed dar sinal [de corte nos EUA], vai de pender de quando vai começar e em que patamar vai estar o juro no Brasil", diz McCarthy.

De qualquer forma, o ambiente que se desenha é bom para ativos de risco, tanto na renda fixa quanto na renda variável, num ano que começou de forma geral negativo para as diversas classes, com "nenhum ativo acima do CDI".

Mais que o mês a mês, o executivo diz que é importante olhar para a tendência e estar investido. Ele lembra que em 2023, até outubro, a carteira de ativos externos estava próxima de zero e a local rodando a 60%, 70% do CDI, e, nos dois últimos meses passou para 130% do CDI e 12% na alocação internacional, dependendo do perfil. "Quem perdeu novembro e dezembro, seja no internacional ou no local, deixou dinheiro na mesa e isso é difícil de recuperar", afirma McCarthy.

No Brasil, a preferência é por títulos longos indexados ao IPCA, que têm gordura, assegurando juro real entre 5,7% e 5,8% ao ano. Como esse nível tende a cair ao longo do tempo, há possibilidade de ganho de capital com a estratégia.

A recomendação para o investidor na carteira local não é, por ora, estar 100% aplicado, na expectativa de alguma realização de lucros para aumentar a parcela em bolsa, por exemplo.

Na posição estrutural, o Itaú já tem um nível acima do mercado no perfil conservador, indicando uma fatia de 14% do patrimônio financeiro em ações, ante algo entre 6% e 7% dos seus pares. "É importante ter uma visão de mais médio prazo para capturar retornos extras para o portfólio como um todo." Para além dos

títulos pós-fixados, que andam "pari passu" com a Selic ou o CDI, estratégias ligadas a juro real são uma boa alternativa para o investidor neste momento de encruzilhada monetária, segundo Helder Bassi, chefe de investimentos da gestora de patrimônio Est. "As taxas estão num nível alto e os papéis [Tesouro IPCA+] têm um seguro embutido contra a **inflação** se as coisas derem errado", diz. "Sofre [oscilações] por causa da correlação com juro nominal, mas vale a pena manter." As correções recentes, na esteira da recalibragem do momento que o Fed vai começar a baixar os juros nos EUA, já mudaram as projeções das taxas locais. Se na virada do ano, havia negociações no mercado futuro prevendo a Selic abaixo de 9% e o diagnóstico era que não "vale-ria a pena correr o risco [de ficar aplicado] para não ganhar nada", agora já há um pouco mais de prêmio nos prefixados de curto prazo. Para Bassi, é possível capturar algum ganho em vencimentos de um a dois anos.

"No longo prazo, eu não gosto [de juros nominais] porque o calcanhar de aquiles do fiscal no Brasil é uma realidade. O déficit entre 0,5% e 1% [nas contas públicas] para este ano é ok, mas para o futuro da trajetória da dívida não há segurança, isso vai continuar pressionando a curva longa [as taxas nos diversos vencimentos de contratos de derivativos e títulos públicos]." Com essa tônica, a bolsa fica "amarrada também", afirma Bassi. "Não que ache que vá cair, mas o ganho, sob a perspectiva que se tem hoje, não está pagando o risco, precisaria recuar um pouco mais para eu achar que tem uma relação risco/retorno razoável", diz o especialista da Est.

Além disso, a bolsa carece de impulso mais forte do investidor estrangeiro. Embora no dia TI o capital externo tenha ingressado com volume recorde no secundário, com R\$ 1,4 bilhão, em fevereiro o saldo estava negativo em R\$ 9,5 bilhões e, no ano, em R\$ 17,4 bilhões. O institucional local já investiu liquidamente R\$ 1,89 bilhão em 2024, e a pessoa física está aos poucos voltando, com compras superiores às vendas de quase R\$ 7 bilhões.

McCarthy, do Itaú, lembra que entre 2022 e 2023, o capital externo comprou cerca de R\$ 150 bilhões líquidos na bolsa brasileira. No momento em que a Selic chegar a um dígito, a tendência é o investidor local tirar dinheiro da renda fixa e comprar bolsa.

Bassi, da Est, também acredita que o investidor individual retome suas posições em bolsa de forma mais consistente conforme avance o ciclo de corte.

Na gestora de fortunas, o público que tinha fundos fechados exclusivos ou restritos não mexeu muito em suas posições, mas no mercado o que se vê é uma demanda maior por papéis incentivados, como as

debêntures, jogando os spreads para baixo. "Não é porque um título é isento [de imposto de renda] que é melhor do que aquele que não tem. Tem que fazer conta." Sem muita convicção de que o Fed possa entregar mais reduções do que aquelas já expressas nas negociações do mercado de juros, e com a percepção de que no Brasil o BC está mais incomodado com a **inflação**, Filipe Santa Fé, gestor da Asa Investments, considera que na próxima reunião do Copom a autoridade monetária pode deixar de se comprometer com reduções adicionais de 0,5 ponto percentual na Selic, de encontro em encontro, como tem feito.

"Talvez o BC queira ficar com mais margem de manobra. Se está mais difícil de enxergar [o comportamento dos preços], vale preparar o mercado aos poucos", diz Santa Fé.

O gestor lembra que representantes do BC têm mostrado preocupação com o mercado de trabalho e com a **inflação** de serviços, por isso achou por bem sair do risco de ficar aplicado em estratégias prefixadas. "A mensagem do BC não é de pânico ou que vai parar de cortar juros, mas o desejo possa ser entregar reduções até o fim do ano, talvez diminuir o ritmo. O mercado vai descobrir isso junto com o BC, precisa de prêmio para colocar risco aqui." De maneira geral, o gestor da Asa diz que os dados divulgados até agora não jogaram fora a premissa de relaxamento monetário pelos principais bancos centrais. "Se for só crescimento [das economias] não assusta, mas vai atrasar os cortes", afirma. "Se a **inflação** nos EUA caminhar mais ou menos na direção dos 2%, se tiver visibilidade boa que está indo para lá depois de alguns meses, e sem sustos, o plano volta e talvez tenha espaço para navegar o ciclo de retirada da restrição monetária. É bom para os ativos e tem oportunidades na terra da renda fixa [os mercados de juros]." No Brasil, Santa Fé diz que tem privilegiado estratégias relativas com **inflação** implícita, com os vencimentos mais longos no topo da banda da meta. É um posicionamento que casa com esse ambiente de questionamentos sobre a **inflação** e com estímulos que o governo pretende colocar na economia ao mesmo tempo.

Na gestão do multimercado da Asa, a carteira está fora de bolsa, no Brasil e nos EUA, com uma parcela "nanica" em China.

Os dados mais fortes da economia, no Brasil e nos EUA tiraram de cena as projeções mais otimistas para o juro básico com o qual a economia vai rodar ao fim do atual processo de afrouxamento monetário, diz Andréa Angelo, estrategista da Warren Rena. O início mais tardio do ajustes pelo Fed pode coincidir com uma fase em que o Copom já vai estar mais perto de

finalizar o seu ciclo, e "o diferencial de juros pode começar a pegar", diz. "O BC não pode ir muito abaixo dos 9,5% que hoje estão implícitos na curva, não é 9,25% ou 9% como o mercado chegou a cogitar." O adiamento da redução de juros nos EUA afetou os preços das taxas locais e do câmbio, mas a moeda foi em linha com outras emergentes, lembra a estrategista da Warren Rena. "Juros altos por mais tempo é dólar forte." A especialista avalia que no Brasil, com a taxa de desemprego nas mínimas, dados antecedentes de atividade e impulsos de renda com a recomposição de salários e pagamento de precatórios, não dá para cantar vitória no controle da **inflação**. A parte mais difícil de conter, os preços dos serviços, não dão "confiança sobre a qualidade e os núcleos têm vindo com dados piores", afirma Angelo.

Ela também espera que o BC tire a amarra do plural dos últimos comunicados, em que indicava a intenção de manter a velocidade dos cortes de 0,5 ponto nas próximas reuniões. Isso significa um compromisso com março e maio, o que levaria a Selic para 10,25%.

É um cenário que ainda favorece a renda fixa e uma má notícia para a bolsa nesse horizonte mais curto de tempo, diz Angelo.

"Não é porque um título é isento [de IR] que é melhor do que aquele que não tem. Tem que fazer conta"
Helder Bassi

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187803>

Ibovespa destoa em dia de alívio

Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira, Gabriel Roca e Matheus Prado De São Paulo

Mesmo sem surpreender positivamente, a leitura do índice de preços de gastos com consumo (PCE, na sigla em inglês) dos Estados Unidos para janeiro aliviou investidores e deu espaço para sessão positiva ontem. O Ibovespa, por sua vez, recuou pressionado por Petrobras, Ambev e bancos.

A taxa da T-note de 10 anos baixou de 4,266% a 4,257% e a taxa do contrato para Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 recuou de 10,045% para 9,98%. Em Nova York, o S P 500 avançou 0,52%, a 5.096,24 pontos, e o Nasdaq subiu 0,90%, a 16.091,92 pontos, novos recordes de fechamento.

Enquanto isso, o Ibovespa recuou 0,87%, aos 129.020 pontos. E o dólar subiu 0,06% ante o real, a R\$ 4,9724. Os papéis preferenciais da Petrobras voltaram a cair, fechando o dia a R\$ 40,14 (-0,72%). As ações não se recuperaram do tombo da véspera, após declarações do presidente da estatal, Jean Paul Prates, sobre dividendos. As PNs da Ambev recuaram 6,47%, a R\$ 12,58, após um balanço fraco.

Depois de abertura negativa, os mercados reagiram positivamente à divulgação do PCE de janeiro, usado pelo Federal Reserve (Fed) como referência para as decisões de juros. O indicador subiu 0,3% ante dezembro, com o núcleo em alta de 0,4%, como o mercado esperava. Em base anual, desacelerou a 2,4% no índice cheio e a 2,8% no núcleo, menor taxa desde março de 2021.

Na atividade, os gastos com consumo subiram 0,2%, também em linha. Já a renda pessoal dos americanos saltou 1%, bem acima do esperado, mas com movimento puxado por fatores sazonais. Outro dado observado foi o aumento do número de pedidos por seguro-desemprego a 215 mil na semana passada, superior à expectativa de 210 mil, o que sugere afrouxamento do aquecido mercado de trabalho americano.

Ajustado sazonalmente, o consumo dos americanos caiu 0,1% em janeiro, sinal de que a aparente força da **inflação** e da atividade no começo de 2024 deve ter prazo curto, avaliam os economistas Tim Quinlan e Shannon Seery, do Wells Fargo. "Embora o grande ganho mensal [da **inflação** PCE] sugira que os cortes de juros não sejam iminentes, o movimento contínuo

de volta à meta de 2% do Fed é consistente com o surgimento de cortes no horizonte. Sugerimos ignorar os dados de janeiro", dizem.

O presidente do Fed de Chicago, Austan Goolsbee fez recomendação similar. Em evento, alertou contra extrapolar os dados mais fortes de janeiro e esperar uma aceleração da **inflação**. Já o presidente da distrital de Atlanta do banco central, Raphael Bostic afirmou que será apropriado cortar os juros no meio de 2024. E Mary Daly, do Fed de San Francisco, avaliou que os riscos para os mandatos de **inflação** e pleno emprego do BC estão equilibrados.

Fevereiro, por outro lado, foi negativo para o mercado de Treasuries, o que impactou os demais ativos de risco. A taxa do título de dez anos, por exemplo, exibiu nível abaixo de 4% em janeiro, mas os dados de **inflação**, mercado de trabalho e atividade mais fortes nos EUA provocaram uma reprecificação brusca das expectativas dos investidores por cortes de juros.

Para Diona Iovanel, economista de mercados da Capital Economics, parte desse movimento deve se reverter à medida que a **inflação** PCE se aproximar mais da meta de 2% do Fed. "O PCE de janeiro está alinhado com nossa visão de que a medida de **inflação** preferida do Fed retornará à meta em meados do ano, permitindo que o BC reduza os juros mais do que os investidores parecem esperar. Portanto, ainda achamos que o rendimento do Treasury de 10 anos cairá daqui até o final do ano", diz.

As incertezas, no entanto, não foram dissipadas. Na avaliação de Rodolfo Margate, economista da XP, mesmo com um fluxo mais forte nos próximos meses, o dólar não deve abandonar o intervalo de R\$ 4,90 e R\$ 5,00 no primeiro semestre. "Não vemos tanto espaço de apreciação do real agora porque achamos que há incertezas em torno da política monetária dos EUA. Talvez os cortes só venham no segundo semestre, o que levará a recalibragem de expectativas", diz.

A entrada de dólar com as exportações, diz, evita movimentos de depreciação mais acentuados do real por ora. "Agora, acho difícil dizer que vamos ver o câmbio nominal indo para o nível de R\$ 4,80 ou R\$ 4,70 nos próximos meses", diz, ponderando que isso deve ocorrer no segundo semestre. "Mas é evidente que tem fatores que podem invalidar esse cenário."

0,90% foi a alta do Nasdaq, enquanto o S P 500
avançou 0,52%

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187803>

"Momento é de sucesso, com desinflação no mundo todo"

Sérgio Tauhatae Maria Fernanda Salinet De São Paulo

O momento atual é de sucesso no esforço de combate à **inflação**, defendeu ontem o diretor de assuntos internacionais do Banco Central, Paulo Picchetti, em coletiva durante a reunião do G20. "O mundo inteiro está vendo desinflação", disse. "É óbvio que tem diferentes graus entre as diferentes economias, mas a direção é comum a todos os países." Ao mesmo tempo, acrescentou, há um diagnóstico consensual no G20 de que "não chegamos lá ainda [no pleno controle da **inflação**]". Segundo o diretor do BC, há essa expressão bastante usada nas discussões de banqueiros centrais e que chegou no G20: falta o último quilômetro da corrida. "Você não ganha uma corrida antes de completar a última parte do trajeto e a gente tem que terminar essa última parte." Picchetti disse que os programas de transferência que garantiram a subsistência de pessoas e de empresas na pandemia criaram também um aumento de procura, que contribuiu autonomamente para elevação dos preços no mundo inteiro. De acordo com ele, uma coordenação internacional aconteceu na esfera da política monetária. "Tivemos um processo de aumento da taxa de juros para combater esse diagnóstico de **inflação** [em todo o mundo]. E o momento que a gente vive hoje é um momento de sucesso. O mundo inteiro está vendo desinflação." O controle da **inflação**, apontou o diretor, é uma condição importante para reduzir a desigualdade. "O pior, o elemento mais perverso ao longo do tempo para a população menos favorecida é **inflação**. Principalmente a **inflação** que vivemos nos últimos tempos, que tem muito a ver com **inflação** de alimentos no Brasil e no mundo. Isso afeta a população menos favorecida mais do que qualquer outra coisa."

Na visão de Picchetti, a pandemia foi um evento único, em que houve coordenação do ciclo econômico em todos os países. "Foi um evento único, de [ter levado a] coordenar o ciclo econômico em todos os países", disse.

"A gente a gente viveu várias crises ao longo dos anos, mas isso afetou de forma diferente os diferentes países, enquanto a pandemia pegou todo mundo da mesma forma", avaliou. Conforme o diretor, "o G20 tem uma importância muito maior [neste cenário] no sentido de coordenação das respostas para os problemas comuns que apareceram".

A resiliência do mercado de trabalho, mesmo em um ambiente de juros mais elevados, foi um tópico discutidos entre os Bancos Centrais no G20, afirmou. "Na política monetária, há relações entre as variáveis que historicamente nos guiam para tomar decisões. Quando você tem um evento com uma pandemia, ela cria uma ruptura. Às vezes momentânea e às vezes permanente. Nos padrões de relações entre essas variáveis, a gente ainda não teve tempo suficiente para avaliara extensão." O dirigente lembrou que, em certo momento de 2022, as previsões de economistas e analistas convergiam para a ideia de que o aperto monetário iria levar a economia dos EUA a uma recessão. "Existe um momento ali no início de 2022 onde praticamente 100% das pessoas fazendo previsões acreditavam que a economia americana entraria em recessão ao longo do ano. Não só não entrou, como cresceu, provavelmente algo em torno de 3% [em 2023]. E é com uma resiliência enorme do nível de atividade, apesar do aumento da taxa de juros e com uma resiliência em particular muito grande do mercado de trabalho. Agora, esse desafio deles é o desafio do mundo inteiro." Segundo Picchetti, "isso foi muito discutido e é uma coisa que os bancos centrais estão prestando atenção e estão justamente utilizando esses fóruns para trocar experiências, para se ajudar da melhor forma possível a tomar as decisões".

O elemento mais perverso ao longo do tempo para a população menos favorecida é a **inflação**" Paulo Picchetti

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187803>

Como investir nos próximos anos? (Artigo)

**EDUARDO TELLECHEA CAIROLI, Sócio-fundadora
Privatto Multi Family Office eduardo@privatto.com.br**

EDUARDO TELLECHEA CAIROLI, Sócio-fundadora
Privatto Multi Family Office eduardo@privatto.com.br

Um dos desafios mais difíceis para um gestor de recursos, e que o diferencia no longo prazo, é acertar o cenário macroeconômico. Por exemplo, para onde vai o dólar? A **inflação** ficará abaixo da projeção do mercado? Qual o impacto disso na Selic?

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=2024022912>

A habilidade está em projetar o cenário acuradamente, em comparação com o que o mercado precifica. Por exemplo, o Boletim Focus, do Banco Central, projeta toda semana o índice oficial de **inflação** e a taxa básica de juros para o final do ano. Se um gestor acha que a **inflação** será maior, posiciona-se mais em títulos atrelados ao IPCA.

Se acredita que será menor, o prefixado é uma boa opção, pois poderá haver cortes maiores na Selic.

O Brasil é um país de juro alto e que precisa rolar seu endividamento, contratando, a depender do momento, um montante maior ou menor de novas dívidas. Costumo dizer que aqui os ciclos de investimento em bolsa são curtos e a preferência é pela renda fixa.

Mas, mesmo em renda fixa, temos que ter cuidados. Você se lembra do que aconteceu com o mercado de crédito após a fraude da Americanas. Mas e com várias outras que não estão na bolsa e tiveram problemas e você nem ficou sabendo? Como evitar esse risco? Saber qual é o emissor da dívida, o lastro e a capacidade de pagamento da companhia, por meio da análise dos balanços, é um procedimento que deve ser tomado antes de comprar renda fixa ou fundos com crédito privado.

Por fim, um gestor não prevê o futuro. Sua opinião é formada por indícios que vê no cenário macro, e sua habilidade está em montar a carteira de acordo com o que acha que ocorrerá. Porém, também deve contemplar ativos em cenário menos provável, pois pode estar errado. Todos os gestores acertam ao menos uma vez. Os bons, algumas. Os extraordinários, a cada 11 anos, 10 são bons, e um, ruim.

E você, o que acha que acontecerá em 2024 e 2025, no Brasil e no mundo? Como preparou sua carteira de investimentos para este cenário? Nós, estruturalmente, nos mantemos pesados em renda fixa no Brasil e variável nos EUA.

Bolsa tem a segunda queda consecutiva

São Paulo - A Bolsa brasileira registrou mais uma de queda ontem e fechou aos 129.044 pontos, com desvalorização de 0,85%, segundo dados preliminares.

As principais quedas do dia foram do setor financeiro: Itaú e Bradesco recuaram 2,47% e 1,50%, respectivamente, e ficaram entre as mais negociadas da sessão. O maior tombo foi da Ambev, que caiu 6,46% após ter divulgado seu balanço do quarto trimestre.

No câmbio, o dólar manteve-se estável, com oscilação positiva de 0,05%, cotado a R\$ 4,973. No acumulado do mês, a moeda americana teve valorização de 0,67%.

A Petrobras, uma das empresas de maior peso do Ibovespa, continuou caindo e encerrou o dia com recuo de 0,71%, ainda impactada por declarações de seu presidente, Jean Paul Prates, sobre a distribuição de dividendos.

Com o resultado de ontem, o Ibovespa encerrou o mês com valorização de 1%.

No câmbio, o dólar manteve-se estável, com oscilação positiva de 0,05%, cotado a R\$ 4,973. No acumulado do mês, a moeda americana teve valorização de 0,67%.

Ontem, o foco do mercado esteve na divulgação de novos números sobre a **inflação** americana.

Os preços nos Estados Unidos subiram em janeiro, mas o aumento anual da **inflação** foi o menor em quase três anos, mantendo em aberto um corte na taxa de juros pelo Federal Reserve (Fed) em junho.

O índice de preços de despesas de consumo pessoal (PCE, na sigla em inglês), o mais acompanhado pelo Fed para as decisões sobre juros, subiu 0,3% no mês passado, informou o Departamento de Comércio norte-americano nesta quinta. Os dados de dezembro foram revisados para baixo, mostrando um aumento de 0,1% no índice de preços PCE, em vez de 0,2%, conforme informado anteriormente.

Nos 12 meses até janeiro, a **inflação** do PCE foi de 2,4%. Esse foi o menor aumento anual desde fevereiro de 2021 e seguiu-se a um avanço de 2,6% em dezembro.

"Os dados são positivos para o cenário do banco central norte-americano. Contudo, o segundo processo de desinflação é mais lento do que o primeiro, e por isso a autoridade monetária não terá pressa em modificar o atual plano de ação. Os próximos dados serão importantes, pois indicarão se a **inflação** convergirá de forma sustentável para a meta de longo prazo, que é de 2,0%", diz o economista-chefe da SunoResearch, Gustavo Sung.

A casa projeta um arrefecimento dos preços ao longo dos próximos meses, com a **inflação** se aproximando da meta no terceiro trimestre deste ano.

Economistas consultados pela Reuters previam que o índice PCE subiria 0,3% no mês e aumentaria 2,4% em base anual. O aumento mensal refletiu os aumentos nos preços ao consumidor e ao produtor no mês passado, que a maioria dos economistas atribuiu a aumentos de preços das empresas no início do ano.

Para o economista-chefe da Nomad, Danilo Iglioni, os números do PCE de janeiro não alteram o cenário de corte de juros projetado pelo banco central americano.

"O resumo é que as duas mensagens do Fomc [Comitê de Política Monetária americano] estão mantidas: o ciclo de alta está encerrado, mas o início do próximo ciclo de redução dos juros ainda não está definido. Certamente não será em março e muito provavelmente não será em maio", afirma Iglioni.

Exterior - Após a divulgação, os principais índices americanos fecharam em alta: O S P 500, o Dow Jones e o Nasdaq subiram 0,52%, 0,12% e 0,90%, respectivamente.

"O Ibovespa manteve-se descolado dos pares de NY, como tem sido a tônica recente ao não conseguir acompanhar o rally das techs. Hoje, enquanto as bolsas norte-americanas se apoiaram no alívio com a **inflação**, o índice sentiu o peso da queda de blue chips como bancos, AmBev e Petrobras, mas foi um movimento bem generalizado", afirma Alessandro Nishimura, economista e sócio da Nomos. (Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/versao-impresa/>

Desemprego surpreende e sobe menos que o esperado

Marcelo Osakabe, Luiz Fernando Fiagli e Lucianne Carneiro De São Paulo e Rio

A robustez do mercado de trabalho brasileiro se manteve na largada de 2024, novamente surpreendendo analistas. O resultado traz boas perspectivas para o cenário de atividade econômica para o início de 2024, mas um sinal de alerta para a **inflação**.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), a taxa de desemprego no país foi de 7,6% no trimestre móvel encerrado em janeiro, ante 7,6% no trimestre encerrado em outubro e 7,4% no trimestre encerrado em dezembro. A mediana das projeções coletadas pelo Valor Data, no entanto, previa taxa maior, de 7,8%.

No trimestre encerrado em janeiro, o país tinha 8,292 milhões de desempregados, 32 mil a mais que no trimestre anterior - variação classificada pelo IBGE como estabilidade estatística. A população ocupada (empregados, empregadores e funcionários públicos) chegou a 100,593 milhões de pessoas, 0,4% a mais na margem.

A coordenadora de pesquisas domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Adriana Beringuy, destacou que o aumento da população ocupada não é normal para este período do ano - tradicionalmente marcado pela demissão de trabalhadores contratados para o período das festas. O dado está indicando um mercado mais aquecido, disse. "À medida que forem divulgados os resultados de fevereiro e março, vamos ter condições de avaliar o trimestre como um todo."

Outro dado que chamou a atenção foi o crescimento da renda média dos trabalhadores, que avançou 1,6% no período, para R\$ 3.078, segundo a pesquisa. Já a massa de rendimentos da economia brasileira avançou 2,1% no trimestre e 6% ante igual período do ano anterior, atingindo um novo recorde, de R\$ 305,1 bilhões. Em números absolutos, o crescimento foi de R\$ 6,3 bilhões.

Os dados de ocupação implicam um viés de baixa para as projeções de desemprego no ano, afirma o economista da Tendências, Lucas Assis, cuja projeção

atual é que a taxa encerre o quarto trimestre deste ano em 7,6%.

Ele nota que, na série dessazonalizada, a desocupação passou de 7,8% em dezembro para 7,7% em janeiro. "Por causa da própria estabilidade da economia no fim do ano passado, a população ocupada apresentou estabilidade na margem. O resultado de janeiro mostrou desempenho melhor que em anos anteriores", ponderou.

Avaliação semelhante fez o coordenador econômico da Genial Investimentos, Yihao Lin. Após o dado de janeiro, a projeção de desemprego médio para 2024 deve passar dos atuais 8,2% para algo mais perto de 8,0%, afirma.

"Isso reforça que o mercado de trabalho se mantém aquecido e deve beneficiar o consumo e a atividade econômica. A questão é que isso liga também um alerta para o controle da **inflação**. Calculamos que a Nairu [taxa de desemprego que não acelera a **inflação**] é de 9% no Brasil, ou seja, mais de um ponto percentual acima do observado atualmente", acrescenta o economista.

O quinto resultado consecutivo de aumento real dos rendimentos do trabalho - no indicador dessazonalizado - mantém as luzes amarelas piscando, afirma o economista da XP Investimentos Rodolfo Margato. "Essa dinâmica é um dos principais riscos de curto prazo para o processo de desinflação e, com isso, para o espaço adicional de flexibilização da política monetária. A massa de renda do trabalho - que combina população ocupada com rendimento médio - saltou 0,9% em janeiro, o oitavo ganho mensal consecutivo."

Parte da explicação para a alta da renda do trabalhador é o avanço do emprego formal e, em especial neste trimestre, do aumento no setor público, pondera Beringuy. "Ajudou de maneira importante. Embora o número de trabalhadores do setor público não seja quantitativamente muito significativo, eles têm rendimentos mais altos", disse.

Este avanço dos rendimentos deve moderar ao longo do ano, diz Assis. Em sua avaliação, uma economia rodando em ritmo mais brando que em 2023 deve proporcionar uma recuperação da taxa de participação

- que segue abaixo do período pré-pandemia. Como consequência, o bom desempenho do emprego com carteira assinada tende a perder importância, já que o pessoal que volta ao mercado de trabalho é provavelmente aquele com menor escolaridade e qualificação e, por isso, tende a ser absorvido pelo mercado informal, afirma.

Isto também significa que crescimento dos rendimentos reais e a massa salarial devem desacelerar ao longo do ano, uma vez que empregos informais pagam menos. "O cenário ainda é de crescimento, mas em velocidade menor do que foi observada em 2023", diz.

Para Rodolfo Tobler, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), os dados confirmam a expectativa de leve redução para o emprego em 2024 por ritmo mais lento da economia. "Esses dados já eram esperados, porque há expectativa de que a taxa de desemprego suba um pouco neste início de ano até por questões sazonais. Se subir muito, é preocupante."

"O resultado de janeiro mostrou desempenho melhor que anos anteriores" Lucas Assis

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187803?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187803?page=1§ion=1)**

Taxa de desemprego no país fica em 7,6%

A taxa de desemprego no Brasil no trimestre móvel encerrado em janeiro de 2024 ficou em 7,6%. E o mesmo percentual apurado no trimestre móvel anterior (de agosto a outubro de 2023). Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao mesmo tempo, o percentual de 7,6% é o menor para os trimestres encerrados em janeiro desde 2015, quando ficou em 6,9%. O índice, há um ano, no trimestre terminado em janeiro de 2023, foi de 8,4%.

A população desocupada, ou seja, aqueles que estavam em busca de trabalho, estava em 8,3 milhões no trimestre encerrado em janeiro de 2024, o que representa estabilidade em relação ao trimestre móvel anterior e queda de 7,8% no período de um ano (menos 703 mil pessoas).

A coordenadora de Pesquisas por Amostras de Domicílio do IBGE, Adriana Beringuy, explica que, em geral, neste período, há aumento do desemprego, com o encerramento dos contratos temporários do fim de ano. Mas, desta vez, o mercado de trabalho parece ter se mantido aquecido na virada do ano, acrescenta.

- Não é de se esperar que no trimestre encerrado em janeiro haja crescimento expressivo da ocupação. No trimestre até janeiro de 2024, não houve crescimento significativo, mas já foi suficiente para não fazer a taxa de desocupação aumentar; mas sim permanecer estável frisou Beringuy.

Segundo ela, do ponto de vista da ocupação, o mês de janeiro de 2024 foi melhor que os anos anteriores. O país registrou geração de 387 mil vagas no mercado de trabalho no trimestre até janeiro em relação ao trimestre encerrado em outubro de 2023. A população ocupada alcançou 100,593 milhões de pessoas no trimestre encerrado em janeiro. Em um ano, mais 1,957 milhão de pessoas encontraram uma ocupação.

Mas, a especialista ponderou que o processo sazonal de dispensa de trabalhadores temporários é melhor avaliado no fechamento do primeiro trimestre.

- O que a gente tem de 2024 é apenas o mês de janeiro. A gente tem apenas um terço dessa virada do ano representada nesse trimestre móvel. Esse trimestre móvel tem ainda uma influência importante do final do ano passado - comentou.

A situação

Ocupação

Sete das 10 atividades econômicas registraram abertura de vagas no trimestre encerrado em janeiro: indústria (234 mil a mais), serviços domésticos (121 mil), informação, comunicação e atividades financeiras, profissionais e administrativas (241 mil), comércio (103 mil), construção (89 mil), outros serviços (164 mil) e transporte e armazenagem (247 mil).

Houve demissões apenas na agricultura (503 mil vagas a menos), alojamento e alimentação (-126 mil) e administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais (-191 mil).

Há um ano

Em relação ao nível de um ano antes, houve perdas em duas atividades.

Foram a agricultura (-582 mil trabalhadores) e o comércio (-2 mil vagas).

Os demais setores contrataram: indústria (299 mil), serviços domésticos (58 mil), administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais (591 mil trabalhadores a mais), alojamento e alimentação (83 mil), construção (130 mil pessoas), outros serviços (166 mil), informação, comunicação e atividades financeiras (788 mil) e transporte (404 mil).

Mercado formal

O número de empregados com carteira de trabalho no setor privado chegou a 38 milhões, alta de 0,9% (ou mais 335 mil trabalhadores) entre os trimestres seguidos.

E alta de 3,1% (ou mais 1,1 milhão) ante igual período do ano passado.

Mercado informal

Já a quantidade de empregados sem carteira no setor privado (13,4 milhões) ficou estável no trimestre e cresceu 2,6% (mais 335 mil pessoas) no ano.

Taxa de informalidade

Foi de 39% da população ocupada. Isso representa 39,2 milhões de trabalhadores informais. O percentual é estável em relação ao mesmo trimestre móvel de 2023.

Renda

O rendimento real do trabalhador fechou janeiro de 2024 em R\$ 3.078. Esse valor aponta alta de 1,6% no trimestre e 3,8% em 12 meses.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=2024022912>

Desemprego fica estável e renda sobe

Carolina Nalin carlina.nalin@oglobo.com.br

O mercado de trabalho continuou aquecido na virada do ano. A taxa de desemprego ficou estável em 7,6% no trimestre até janeiro de 2024, mesmo patamar observado nos três meses anteriores, encerrados em outubro. Além disso, o rendimento médio está em um dos maiores níveis da série histórica, puxado pelo avanço do setor formal. A contratação de pessoas nos setores de logística, TI e locação de mão de obra contribuiu para o aumento da ocupação no início do ano, indicador que historicamente não sobe neste período. Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE.

Em janeiro, o país tinha 8,3 milhões de pessoas em busca de trabalho, contingente estável na comparação trimestral. Já na comparação anual, o recuo é de 7,8% (menos 703 mil pessoas nessa condição).

Normalmente, o desemprego cai no fim do ano e aumenta nos primeiros meses do ano seguinte com a dispensa dos trabalhadores contratados temporariamente para Black Friday e Natal.

- Costumamos ter uma estabilidade da população ocupada no trimestre encerrado em janeiro, ou até mesmo uma queda, fato que não está ocorrendo em 2024. Pelo contrário, vemos uma expansão da ocupação - diz Adriana Beringuy, coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE.

Cerca de 387 mil pessoas ingressaram no mercado de trabalho até janeiro, em relação ao último trimestre comparável. Com isso, a população ocupada do país subiu 0,4% e chegou a 100,6 milhões de trabalhadores.

O rendimento médio dos trabalhadores chegou a R\$ 3.078 em janeiro, uma alta de 1,6% na comparação trimestral e de 3,8% na anual, já descontados os efeitos da **inflação**. Este é o maior rendimento da série histórica, iniciada em 2012, se desconsiderados valores pouco acima de R\$ 3.100 observados durante a pandemia em 2020.

TRABALHADORES População ocupada do Brasil chegou a 100,6 milhões de pessoas, mostra IBGE

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Desemprego fica estável em 7,6% em janeiro, mas renda sobe

CAROLINA NALIN *carolina.nalin@oglobo.com.br*

O mercado de trabalho continuou aquecido na virada do ano. A taxa de desemprego ficou estável em 7,6% no trimestre até janeiro de 2024, mesmo patamar observado nos três meses anteriores, encerrados em outubro. Além disso, o rendimento médio está em um dos maiores níveis da série histórica, puxado pelo avanço do setor formal. A contratação de pessoas nos setores de logística, TI e locação de mão de obra contribuiu para o aumento da ocupação no início do ano, indicador que historicamente não sobe nesse período. Os dados foram divulgados ontem pelo IBGE.

Em janeiro, o país tinha 8,3 milhões de pessoas em busca de trabalho, contingente estável na comparação trimestral. Já na comparação anual, o recuo é de 7,8% (menos 703 mil pessoas nessa condição).

Normalmente, o desemprego cai no fim do ano e aumenta nos primeiros meses do ano seguinte com a dispensa dos trabalhadores contratados temporariamente para Black Friday e Natal.

-Costumamos ter uma estabilidade da população ocupada no trimestre encerrado em janeiro, ou até mesmo uma queda, fato que não está ocorrendo em 2024. Pelo contrário, vemos uma expansão da ocupação - diz Adriana Beringuy, coordenadora de Pesquisas Domiciliares do IBGE.

Cerca de 387 mil pessoas ingressaram no mercado de trabalho até janeiro, em relação ao último trimestre comparável. Com isso, a população ocupada do país subiu 0,4% e chegou a 100,6 milhões de trabalhadores.

MELHOR QUE O PREVISTO

Economistas se surpreenderam com a desocupação em 7,6%, tendo em vista que o consenso de mercado era de 7,8% no período. Apesar da surpresa, analistas ainda acreditam que esse movimento pode perder fôlego nos próximos meses. Um efeito da desaceleração da atividade econômica, explicam.

Na visão de Rodolpho Tobler, pesquisador e economista do FGV Ibre, os meses de fevereiro e março já devem mostrar ligeiro aumento da taxa de desemprego em meio à esperada dispensa dos

trabalhadores temporários contratados no fim do ano: - A tendência é que a taxa de desemprego encerre 2024 mais próxima de 8%. A população ocupada não deve crescer no mesmo ritmo do ano passado e há uma tendência de as pessoas voltarem a procurar emprego, o que pressiona o indicador. Mas ainda é um número bom para o padrão brasileiro. Já tivemos momentos piores, e estamos vindo de uma economia que passou por pandemia e altas taxa de juros.

Os setores de transporte (4,5% ou mais 247 mil pessoas), informação (1,9% ou mais 241 mil pessoas) e outros serviços (3,1% ou mais 164 mil pessoas) foram os que mais contribuíram para a expansão do contingente de ocupados. O número de empregados com carteira subiu 0,9% no trimestre e chegou a 38 milhões. Já o número de em pregados sem carteira ficou estável, em 13,4 milhões.

O rendimento médio dos trabalhadores chegou a R\$ 3.078 em janeiro, uma alta de 1,6% na comparação trimestral e de 3,8% na anual, já descontados os efeitos da **inflação**. Este é o maior rendimento da série histórica, iniciada em 2012, se desconsiderados valores pouco acima de R\$ 3.100 observados durante a pandemia em 2020.

- Você tem uma conjunção de fatores, principalmente relacionados à melhoria da participação do trabalho formal dentro da população ocupada como um todo - explica Adriana, do IBGE.

O aumento no trimestre encerrado em janeiro foi puxado pela administração pública, onde o rendimento cresceu R\$ 94, e pelos serviços domésticos, com ganho de R\$ 28. Na comparação anual, houve alta na renda da indústria (5,3%), comércio (5,2%), transporte (5%), administração pública (3,2%) e serviços domésticos (2,8%).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Taxa de desemprego fica em 7,6% no trimestre até janeiro

Henrique Fregonasse* *Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

A taxa de desemprego no Brasil, para o trimestre terminado em janeiro, foi de 7,6%. O dado consta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual indica a parte da população economicamente ativa (apta para trabalho) em situação de desemprego no país.

O resultado representou queda de 0,8% em relação ao mesmo período do ano passado, quando a taxa foi de 8,4%. Os dados mostram ainda que se tratou do menor nível de desemprego para os trimestres terminados em janeiro desde 2015, quando chegou a 6,9%.

Segundo o IBGE, a população desocupada somou 8,3 milhões, ficando estável em relação ao trimestre terminado em outubro. Dessa forma, o dado põe fim a uma sucessão de quedas na desocupação nos últimos semestres.

Em relação ao período terminado em janeiro de 2023, houve recuo de 7,8%, com diminuição de 703 mil desempregados.

Melhores salários A população ocupada totalizou 100,593 milhões de pessoas, crescendo 0,4% no trimestre e 2% no ano. O nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) foi a 57,3%, sem variação significativa frente ao trimestre móvel anterior (57,2%) e subindo 0,6 ponto percentual (p.p.) ante o mesmo trimestre móvel de 2023 (56,7%).

A massa de rendimento real habitual - soma dos rendimentos brutos habitualmente recebidos de todas as pessoas ocupadas em todos os trabalhos, considerando a **inflação** medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - somou R\$ 305,1 bilhões, atingindo novo recorde da série histórica iniciada em 2012. O crescimento foi de 2,1% frente ao trimestre anterior e 6% na comparação anual.

De acordo com o IBGE, frente ao trimestre móvel anterior, houve aumento nos grupos de administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais e serviços domésticos.

Os dados de desemprego finalizados em janeiro estão sujeitos à sazonalidade do mercado de trabalho, que costuma estar aquecido pela geração de empregos temporários para atender à demanda das festas de fim de ano. Normalmente, essas vagas acabam sendo dispensadas no início do ano seguinte.

Fim do saque-aniversário terá impacto no endividamento de famílias, diz associação

Economia

/
Victoria Lacerda, do R7, em Brasília

Acompanhe o R7 no WhatsApp e tenha mais uma forma de se manter informado.

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Economia | Victoria Lacerda, do R7, em Brasília

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, anunciou na última terça-feira (27), que pretende encaminhar um projeto de lei ou uma Medida Provisória para acabar com o **saque-aniversário** do **FGTS** e simplificar a contratação do consignado privado. A ABBC (Associação Brasileira de Bancos) expressou preocupação com essa medida, argumentando que ela limita as opções dos trabalhadores no acesso a recursos emergenciais e poderá ter um impacto negativo no endividamento das famílias.

Em nota, a ABBC afirmou que o fim do **saque-aniversário** poderia ir de encontro às iniciativas do Governo Federal para aprimorar o mercado de crédito. A associação ainda defende que os avanços no Crédito Consignado Privado não resultem no fim do **saque-aniversário** do **FGTS**. Como as duas linhas de crédito têm naturezas distintas, entendemos que são complementares, sendo perfeitamente possível que ambas coexistam.

"Seu fim não só impõe uma restrição às opções da população no acesso a recursos emergenciais, mas também pode produzir um impacto negativo na trajetória do endividamento das famílias, em sentido contrário ao de outras iniciativas do Governo Federal para a melhoria do mercado de crédito", escreveram.

O **saque-aniversário** foi introduzido em 2019 como uma alternativa ao saque-rescisão do **FGTS**, permitindo aos trabalhadores retirarem parte do saldo disponível em suas contas anualmente, no mês de seu

aniversário. O valor disponível para o **saque-aniversário** é determinado com base no saldo total da conta do Fundo de cada trabalhador, permitindo a retirada de uma porcentagem do saldo, além de uma quantia fixa adicional.

Ao optar pelo **saque-aniversário**, o trabalhador abre mão do direito ao saque total em caso de demissão sem justa causa. Essa escolha tem um período de carência de 25 meses para ser revertida. Assim, se o trabalhador for demitido sem justa causa durante esse período, não poderá resgatar o valor integral do **FGTS**, mesmo optando pelo saque-rescisão.

Para ter acesso ao **saque-aniversário**, os trabalhadores precisam atender a alguns critérios estabelecidos pelo **FGTS**:

Todos os trabalhadores com carteira assinada e saldo no Fundo têm a opção de escolher o **saque-aniversário**;

A solicitação pode ser feita por meio do aplicativo do **FGTS** até o último dia do mês de nascimento do trabalhador, para que o saque fique disponível ainda no mesmo ano.

Carregando...

Economia

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

Site: <https://noticias.r7.com/economia/fim-do-saque-aniversario-tera-impacto-no-endividamento-de-familias-diz-associacao-29022024>